



UCRÂNIA

# IPSS voltam a abrir os braços aos refugiados de guerra

**MANUEL LEMOS, PRESIDENTE DA UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS**

**Sector social solidário vai estar na linha da frente do acolhimento aos refugiados ucranianos**



**CONSELHO GERAL DA CNIS**  
Congresso temático em junho vai debater a cooperação com o Estado



**HUMANITAS**  
7.500 assinaturas para criar o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual



**UDIPSS BEJA**  
Sentir o pulsar das instituições sociais foi o mote do 1º encontro das IPSS do distrito

**Eugénio Fonseca**  
Presidente da Confederação  
Portuguesa do Voluntariado



# A força da solidariedade contra a iniquidade

Não há ambição pelo poder que se possa considerar legítima. O caminho a percorrer é sempre tortuoso e avança-se sem qualquer tipo de escrúpulo. Ter poder e dinheiro são duas das mais frequentes e desmesuradas ambições humanas. A ambição pelo poder é tão antiga quanto a existência da criatura humana. É isso mesmo que pretende demonstrar a civilização judaico-cristã, servindo-se de um episódio, não real, que se refere à ambição de Adão e Eva (Cfr. 3, 1-7). A conquista do poder pode levar a atitudes criminosas. Há indivíduos que chegam a ter procedimentos tão desumanos que quase tocam a bestialidade.

Este tipo de situações são contrárias à condição humana. Os viventes racionais foram criados, intrinsecamente, para o bem, apesar de também conterem em si predisposições que contrariam essa natural inclinação para o amor. A Natureza tem potencialidades e limites. No que diz respeito aos humanos, de acordo com vários fatores, pode fixar-se mais no seu estado de hominização e não evoluir para a condição de ser pessoa, ou seja, de “ser-com-os-outros”. Esta evolução acontece na medida em que a segunda acompanha a primeira, desde a sua gestação. Daí a importância da qualidade relacional dos progenitores e do ambiente que os rodeia. O respeito pela dignidade humana é para onde convergem todos os valores humanos. Há dois fundamentais: o amor e a liberdade. Esta, conjugada com a razão, suscita atitudes ao bem próprio e ao bem comum. Não se pode dissociar a liberdade da responsabilidade. É importante também que um coração bom se construa no equilíbrio entre a liberdade e a razão. Se esse equilíbrio não acontece, o bem que se faz pode resultar de uma emotividade reativa, suscitada por emoções repentinas, que fazem o coração sobrepor-se à razão. Valores como a solidariedade,

a compaixão, a doação de si e de bens, podem, assim, confundir-se com comiseração que esmorece quando arrefecem as emoções.

Esta reflexão, tem como fundamento os dramáticos sofrimentos que se abateram sobre o povo ucraniano. O uso irracional da liberdade por parte de um homem e dos seus correligionários são os causadores desta barbárie. Esqueceram que, apesar da cultura predominante se basear muito no individualismo, o humanismo não é tão escasso como possa parecer. A par com a ignomínia em curso, há evidências de que o bem não se deixa enfraquecer por ela. A onda de solidariedade, impregnada de tanta criatividade de esforços assentes em corajosas sinergias é uma dessas evidências. As ações a nível político, empresarial, social, monetário, de forma coletiva ou individual, são outras. A União Europeia está a provar que tem condições para regressar aos seus princípios fundantes, alicerçados na solidariedade, na equidade e na coesão. Outros países, entenderam que sós, não se salvarão. Alguns setores económicos estão a compreender que a obtenção de lucro a qualquer preço tem consequências nefastas. As instituições sociais, sanitárias, religiosas puderam demonstrar a razão inquestionável da sua existência. Muita gente está a dar provas de que, se quisermos, gestos de solidariedade se podem tornar numa cultura de solidariedade. Isso poderá ver-se melhor quando os “holofotes” da comunicação social retirarem da sua agenda o que tem sido agora a sua prioridade máxima.

É desejável que a recolha de bens se faça com a garantia de transporte para os lugares de destino em tempo oportuno. Que seja doado só o que se saiba ser o mais necessário e em condições respeitadoras da dignidade dos destinatários. Que se conte sempre com o conhecimento e apoio das diferentes comunidades ucranianas. Elas têm

uma missão imprescindível, agora e na fase de acolhimento dos que estão a chegar e dos muitos que se diz virem. Até se ter a noção clara do tempo que pode durar o conflito armado, há que investir em boas condições de acolhimento, com tempos de ocupação útil do tempo (pode não ser propriamente um emprego), com uma compensação monetária equivalente, por exemplo, ao RSI; com a criação de atividades culturais e recreativas que possam apresentar em diferentes lugares do país; com a visita a museus e outros lugares emblemáticos no nosso país... Ainda é cedo para se cuidar de uma necessária inserção. Salvo, se for pedido o estatuto de refugiado no âmbito da legislação vigente.

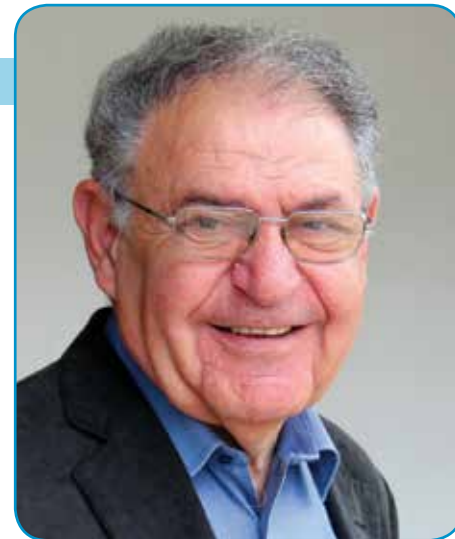
As IPSS, como sempre, serão chamadas a dar o seu imprescindível contributo. O corpo de voluntariado que integram não poderá ficar de fora, mas ser complemento em tarefas já quotidianas e reforço para as que vierem a ser acrescidas.

É importante lembrar que esta dramática situação não é inédita. Outro país, também com ganâncias de poder, teve procedimentos iguais. Entre vários, recordo a invasão do Iraque, com justificações infundadas. Todos estas trágicas agressões a juntar a uma “economia que mata”, são sinais que o Mundo necessita de uma nova ordem mundial. Ela pode começar, desde já, com encontros de “Educação para a paz”. Os valores humanos não se ensinam, educam-se. Seria uma boa iniciativa a ser assumida pela CNIS junto das suas filiadas.

Que se calem as armas russas e assim criem condições para que também emudeçam as ucranianas. Que as palavras mais pronunciadas, agora, por todos nós sejam: paz, diálogo, solidariedade, compaixão, libertação. Que estas palavras sejam credibilizadas, mesmo quando os “holofotes” se apagarem, por ações condizentes.

## EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



# Questões colocadas aos partidos

Na aproximação das eleições legislativas, no princípio de janeiro, com as outras três organizações representativas do Sector Social Solidário (União das Mutualidades, União das Misericórdias e Confederação Cooperativa Portuguesa), foi colocado um conjunto importante de questões para o Sector Social Solidário aos dez Partidos que tinham assento parlamentar.

Vários desses Partidos reagiram positivamente.

Pela oportunidade de que se revestem as questões oportunamente colocadas aos Partidos, a Solidariedade continua a recordá-las.

**3.** Ainda na perspetiva do reforço das condições de sustentabilidade das Instituições, agora no que toca à diminuição dos encargos, persistem algumas situações de desigualdade, em sede de tributação, que, a nosso ver, caberia às forças políticas representadas na próxima Assembleia da República sanar, na medida da competência legislativa da Assembleia em matéria fiscal.

Anotam-se, a tal respeito, duas situações prioritárias:

**3.1.** A primeira tem que ver com a determinação da taxa do IVA em determinadas situações, designadamente empreitadas.

Como se sabe, estão sujeitas à taxa reduzida, de 6%, nos termos do artº 18º, 1., a) do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, as empreitadas em que sejam as autarquias locais os donos da obra, de acordo com o nº 2.19 da Lista I, a que se refere o referido artº 18º, 1; beneficiando da mesma taxa reduzida as cooperativas de habitação e as associações de bombeiros, no que se refere às suas atribuições, de acordo com os nsº 2.25 e 2.26 da mesma Lista I.

Ora, afigura-se que, integrando as IPSS o âmbito da chamada economia social, de forma idêntica às cooperativas, nos termos do artº 4º da Lei de Bases da Economia Social, aprovada pela Lei nº 30/2013, de 8 de Maio – e constituindo mesmo as cooperativas de solidariedade social uma entidade equiparada legalmente às IPSS –, constituiria uma exigência de igualdade de tratamento poderem as IPSS beneficiar do mesmo regime fiscal em sede de IVA, no que se refere às empreitadas relativas a obras destinadas às suas atividades estatutárias.

Por outro lado, e agora por referência às

empreitadas em que sejam as autarquias locais a entidade adjudicante, também se propugna pela equiparação do regime fiscal referido.

Com efeito, a Lei de Bases da Economia Social veio conferir maior densidade à tríade em que a Constituição desdobra os setores da economia de acordo com a propriedade dos meios de produção: público, privado e cooperativo e social. - artº 82º da Constituição da República.

Trata-se da primeira iniciativa legislativa de tratamento autónomo e sistemático do setor cooperativo e social, diferenciando-o com clareza, quer do setor público, quer do setor privado (em sentido estrito).

A Lei de Bases da economia Social apresenta ainda a virtude de ter obtido o consenso parlamentar, tendo sido votada favoravelmente por todas as forças políticas então com representação na Assembleia da República.

Ora, como se referiu já, as IPSS e entidades equiparadas, embora entidades de direito privado e de iniciativa estritamente particular, e sem prejuízo da sua autonomia, expresso no artº 5º, f) da Lei de Bases da Economia Social e no artº 3º do Estatuto das IPSS e entidades equiparadas (aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro) constituem um instrumento do Estado no desenvolvimento das políticas públicas, nos termos do Pacto de Cooperação já referido.

Isto é, o enquadramento do setor cooperativo e social previsto na Constituição e desenvolvido na Lei de Bases da Economia Social aproxima-o mais, em termos de princípios e valores, do setor público do que do setor privado.

Como o setor público, são-lhe alheios interesses particulares, sendo-lhe constitutivo o princípio da prossecução do bem comum.

**Assim, e sem prejuízo da necessária revisão do Estatuto Fiscal da Economia Social, desde já se propõe, de forma prioritária, a redução, por via legislativa, da taxa**



**de IVA para 6%, nas empreitadas relativas a obras que tenham como objeto instalações destinadas aos fins estatutários das Instituições.**

**3.2.** O mesmo princípio da igualdade de tratamento implica que, mesmo previamente à revisão do Estatuto Fiscal da Economia Social, a Assembleia da República legisle no sentido de que a isenção do IMI, de que as IPSS e entidades equiparadas beneficiam no que respeita aos imóveis diretamente destinados aos seus fins estatutários, nos termos do artº 44º, f) do Estatuto dos Benefícios Fiscais, seja alargado a todos os imóveis de que seja proprietária, uma vez que, não havendo apropriação privada dos resultados da atividade das IPSS e entidades equiparadas, todo o respetivo património se encontra necessariamente afeto às respetivas finalidades estatutárias principais, como decorre, expressamente, do artº 1º-B, 2. do Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro.

**Propõe-se assim às forças políticas que venham a ter representação parlamentar a necessária iniciativa legislativa que consagre o alargamento do regime de isenção a todos os bens imóveis pertencentes às IPSS e entidades equiparadas, sem qualquer tipo de discriminação positiva ou negativa.**

CONSELHO GERAL DA CNIS

# Congresso temático, em junho, em Viseu e Festa da Solidariedade em Viana do Castelo

Como não poderia deixar de ser, a guerra na Ucrânia e o êxodo de refugiados por ela provocado foi o primeiro tema a ser abordado na reunião do Conselho Geral da CNIS.

O presidente da CNIS apelou a que as Uniões Distritais sensibilizem as instituições associadas a manifestarem as suas disponibilidades em termos de alojamento e de trabalho e as fazerem chegar à CNIS. Mais informação sobre este assunto pode ser lida nas páginas 8 e 9 desta edição.

Em reunião de apresentação do Relatório de Atividades e Contas 2021, o assunto que se seguiu foi o da realização do Congresso temático, nos próximos dias 2 e 3 de junho, em Viseu, e que terá como grande tema as IPSS e a Cooperação.

Assim, os temas a abordar são, entre outros, «O pilar europeu dos direitos sociais», «O Triângulo da Cooperação», «Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social», «Cooperação em ação», «Desafios e constrangimentos da relação das instituições com o Estado» ou ainda «Modelos de regulação do Sector Social Solidário».

A Direção da CNIS lançou o desafio às Uniões Distritais para sensibilizarem as IPSS associadas a participarem no Congresso, pois as temáticas são por de mais interessantes e importantes para as instituições.

Por outro lado, ficou acertado que a XV Festa da Solidariedade decorrerá em Viana do Castelo, mas não na data inicialmente proposta pela Direção da CNIS, que era em Agosto, juntamente com as Festas da Senhora da Agonia. No entanto, Filomena Araújo, presidente da UDIPSS vianense, sustentou que “nessa data é impossível”. União Distrital e CNIS ficaram de encontrar agora a melhor data para a realização de mais uma Festa da Solidariedade.

Quanto ao Relatório de Atividades, Mafalda Jesus, do Gabinete de Apoio Técnico, destacou algumas das iniciativas desenvolvidas no ano de 2021 pela CNIS, tendo considerado que, na generalidade o Plano de Atividades foi cumprido, tendo falhado essencialmente nos assuntos que dependiam do Estado.

Assim, dentre as muitas iniciativas, a assessora destacou: a comemoração do Dia da CNIS, com a apresentação do estudo «Importância das IPSS nos cuidados às Pessoas com Dependência», desenvolvido por investigadores da Universidade de Évora; a realização da Chama e XIV Festa da Solidariedade, em parceria com a URIPSS Açores, entre os dias 6 a 9 de outubro; realização de uma reunião de articulação com os membros das equipas técnicas das Uniões Distritais, Regionais e Federações, em que foram tratados temas como a Contratação Pública, o Contrato Coletivo de Trabalho, a Prestação de Contas, a Formação e a Cooperação; Promoção de dois cursos de gestão para dirigentes, especificamente em Lisboa



e Setúbal; realização de vários seminários especializados sobre «Avaliação de Impacto», «Gestão de Pessoas» e «Planeamento Estratégico»; elaboração da Central de Balanços; promoção de um ciclo de webinars sobre «A vida e os direitos das pessoas com deficiência».

Já relativamente às Contas de 2021, o tesoureiro Macário Correia considerou que “as contas estão equilibradas e têm um saldo positivo” de cerca de 16 mil euros.

Uma temática que muito tem preocupado as IPSS da área da infância é a gratuidade da creche e como será no próximo ano letivo.

“Ainda é preciso clarificar a abrangência, aplicabilidade e modelos de participação”, referiu Mafalda Jesus, para se perceber bem como vai funcionar a partir de setembro de 2022.

Por outro lado, o padre Lino Maia reafirmou que, “para os outros escalões que não estão abrangidos pela gratuidade, as instituições não devem identificar os valores pagos pelas famílias”, apesar da exigência de alguns centros distritais da Segurança Social (CDSS), estando para breve um esclarecimento sobre a quem se aplica a gratuidade em concreto.

Relativamente a exigências despropositadas de alguns CDSS, o presidente da CNIS asseverou que “as instituições devem recusar fazer a revisão em baixa das frequências da resposta social de Centro de Dia”.

“Há centros distritais, nomeadamente de Aveiro, Braga e Porto, que estão a intimar as instituições a reverem as frequências em baixa. As instituições devem recusar, pois as revisões em baixa são sempre irreversíveis”, reforçou o padre Lino Maia.

Após o momento em que as Uniões Distritais



usaram da palavra, colocando as suas preocupações, o líder da CNIS fez algumas considerações, dizendo-se preocupado: “Estou muito pessimista por causa da inflação, que em 14 de fevereiro, quando estivemos com o senhor primeiro-ministro, era de 2,4% e hoje, dia 7 de março, já ultrapassa os 4%. Estou preocupado com as negociações da Adenda 2022 e da contratação coletiva”.

No próximo dia 26 de março, a CNIS realiza a sua Assembleia Geral ordinária, convidando todas as associadas a estarem presentes em Fátima.

**PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)**

CNIS E F3M ASSINAM PROTOCOLO VISANDO A TRANSIÇÃO DIGITAL

# Parceria visa desenvolvimento de soluções tecnológicas para as respostas sociais

De olhos postos na transição digital que o presente e o futuro exigem, a CNIS estabeleceu um protocolo com a F3M no sentido de, através da tecnologia, promover um serviço de maior qualidade e proximidade, fomentando a transformação digital.

No fundo, visa o desenvolvimento de soluções tecnológicas para reforço e modernização das respostas sociais, nomeadamente ao nível da prestação de cuidados aos utentes.

Tais soluções tecnológicas servirão de suporte à prestação de cuidados aos utentes, apoiando o trabalho dos profissionais, tornando-o mais célere e eficiente, e melhorando o serviço à comunidade.

O protocolo prevê a formação de uma equipa de trabalho que congrega saber e experiências de entidades de referência dos sectores social, empresarial e académico, que terá como missão trabalhar “em novas soluções que aproximem os diversos atores do sector social”.

“A ideia é aproveitar as potencialidades da tecnologia para agilizar e melhorar as diversas respostas sociais. Se, por um lado, os profissionais ficam com mais tempo para atividades mais complexas, por outro lado, os utentes acabam por ter acesso a um melhor serviço, mais



atento e cuidado”, explica Pedro Fraga, CEO da F3M, lembrando que esta é uma altura em que o sector social se pretende modernizar e transformar digitalmente

“Todos sabemos como a tecnologia é hoje importante para as organizações e instituições. Ao serem desenvolvidas especificamente para esta área,

as soluções tecnológicas garantem a informatização e automatização de vários procedimentos que são específicos apenas para este sector. São, sem dúvida, mais-valias de valor para as instituições”, defende, ressaltando: “Mas não só. Os próprios utentes ficam mais satisfeitos com o serviço e com a atenção que os técnicos lhes dedicam”.

GRATUIDADE DA CRECHE

## Instituições têm de fazer a comunicação de frequências até ao dia 5 de cada mês

A CNIS informa que, de acordo com informação transmitida pela vice-presidente do ISS (Instituto da Segurança Social), Catarina Marcelino, em sede de reunião extraordinária da Comissão Nacional de Cooperação, o pagamento das comparticipações da Gratuidade da Creche, para as crianças abrangidas pela medida, passará a ser efetuado, mensalmente, com o pagamento da comparticipação financeira da Segurança Social para as respostas de Creche e Creche Familiar.

Este é um esforço do ISS que vai ao encontro das preocupações há muito apresentadas pela CNIS.

Agora, para que tal aconteça, é fundamental que as instituições procedam à comunicação das frequências na Segurança Social Direta, impreterivelmente, até ao dia 5 de cada mês (mesmo que o dia 5 ocorra ao fim-de-semana). Caso contrário, o pagamento será efetuado apenas no mês seguinte.

Neste sentido, a CNIS apela ao cumprimento do prazo definido, evitando atrasos desnecessários nos pagamentos.



### CONVOCATÓRIA

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em **Fátima**, no Centro Pastoral Paulo VI – Salão do Bom Pastor, no próximo dia **26 de março de 2022**, pelas **9h45**, com a seguinte

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação do Relatório de Atividades e Contas de 2021;
2. Apresentação do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do ano de 2021 (artº 50, nº 1, al. e));
3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2021;
4. Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver presente a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Porto e Sede da CNIS, 08 de Março de 2022

ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL

# Festa, convívio e uma exposição assinalaram 17 anos de «Villa Urbana» de Valbom

Depois de praticamente dois anos de restrições e isolamentos, finalmente, a festa de mais um aniversário da «Villa Urbana» de Valbom pôde realizar-se, ainda que com os devidos cuidados e salvaguardas em função da ainda presente situação de pandemia.

Neste 17.º aniversário da unidade residencial da Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC) compareceram moradores, familiares, colaboradores e alguns convidados, nomeadamente as crianças do jardim de infância, utentes do Centro Comunitário e dirigentes da instituição.

Logo à entrada da «Villa Urbana», escondidos por panos brancos, estavam quadros com ilustrações de todos os moradores, da autoria da artista Marisa Silva, que, durante um dos confinamentos, decidiu oferecer à APPC a “tradução artística” de um conjunto de fotografias informais que na altura tinham sido partilhadas nas redes sociais.

Coube a Abílio Cunha, presidente da APPC, e a Prazeres Pereira, tesoureiro, procederem à inauguração da exposição, intitulada «Estes Somos Nós».

“Estes dois últimos anos foram claramente atípicos e muito exigentes, principalmente para as pessoas com deficiência, mas será agora altura de, ponderadamente, retomarmos alguma normalidade”, afirmou o presidente da APPC.

Para Abílio Cunha, o atual aliviar de restrições será “também a altura de se dar nova dinâmica aos projetos e ideias que ficaram adiados”.

E, por isso, a realização da exposição das ilustrações dos residentes da «Villa Urbana», um trabalho que havia sido elaborado e editado em livro já em finais de 2020.

“Esta é uma unidade reconhecida pela excelência



dos serviços que presta, pela qualidade da sua organização interna, pela inovação que apresenta no apoio e atendimento personalizado e pela sua dinâmica no seio das instituições ligadas à deficiência”, defendeu Abílio Cunha, acrescentando, sobre a abertura da instituição à comunidade: “E sim, é objetivo desta Direção continuar a cultivar este sentido de partilha e de abertura à comunidade. E graças a isso aprendemos todos os dias as melhores estratégias para antecipar problemas individuais das pessoas, contribuindo para uma maior igualdade de oportunidades”.

Sobre o aniversário, o presidente da instituição afirmou: “O sucesso da nossa intervenção só é

possível pelo envolvimento e disponibilidade de cada uma das pessoas que conosco colaboram, sejam clientes, pais, colaboradores ou voluntários”.

Em dia festivo houve ainda tempo para uma exibição de capoeira e para a apresentação de um vídeo dedicado à equipa de colaboradores da «Villa Urbana».

“Se a nossa presença e estes 17 anos de atividade contribuíram para o aumento da sensibilidade e conhecimento de todos e todas acerca da paralisia cerebral e das pessoas com deficiência, então, esta é claramente uma aposta de sucesso”, referiu António Magalhães, um dos moradores da «Villa Urbana».

RUTIS – ASSOCIAÇÃO REDE DE UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE

## Uma nova Secretaria de Estado dedicada a melhorar as condições de vida dos mais velhos

A RUTIS (Associação Rede de Universidades da Terceira Idade), que representa as 368 universidades seniores portuguesas, com os seus 67.000 alunos e 7.500 professores voluntários, pretende que o próximo Governo inclua uma Secretaria de Estado para a Comunidade e para o Envelhecimento Bem Sucedido.

A proposta emerge da necessidade que “o envelhecimento demográfico e que as condições de vida dos mais velhos fossem uma preocupação consciente que se traduzisse num maior peso político e, por isso, gostaríamos de ver criada a Secretaria de Estado para a Comunidade e para o Envelhecimento Bem Sucedido”, lê-se no comunicado enviado ao SOLIDARIEDADE.

“É preciso garantir que os mais velhos têm as condições necessárias para usufruir da vida em plenitude e que têm acesso de qualidade a habitação, saúde, bem-estar, trabalho e lazer de

acordo com os seus desejos e capacidades”, defendem os responsáveis da Associação, lembrando que 22% da população portuguesa tem mais de 65 anos.

No mesmo comunicado, assinado pelo presidente da Direção, Luis Jacob, a RUTIS enumera um conjunto de medidas que poderiam contribuir para criar essas condições que permitam melhorar a vida dos mais velhos.

A saber: Criar na legislação laboral a possibilidade de flexibilização da reforma, concedendo, por exemplo, a possibilidade de transição mais prolongada entre a reforma e a vida laboral com período de um ano neste regime de transitoriedade para quem quisesse dele usufruir. Esta medida evitaria a transição brusca para a pessoa e para os serviços; Aumentar os apoios às respostas sociais existentes para que sejam verdadeiramente acessíveis a todos; Aumentar a formação e qualificação dos

profissionais que trabalham nas respostas sociais, valorizando a profissão e garantindo por esta via a qualidade dos cuidados na área da gerontologia; Trabalhar ativamente para a consciencialização da existência de discriminação e preconceito em relação à idade e, simultaneamente, combater essa discriminação e preconceito; Incentivar a participação dos mais velhos nas decisões que lhes dizem respeito; Promover outras respostas sociais que se adaptem à realidade dos seniores atuais. É igualmente importante aumentar a população jovem, considerando ser fundamental para o futuro do país a adoção de políticas de promoção da natalidade, tais como o aumento do tempo da licença de maternidade/paternidade para um ano, a redução dos custos associados aos filhos (creche, escolas, saúde, etc.), considerado como a principal causa para os casais não terem mais filhos ou o aumento do abono de família.

HUMANITAS – FEDERAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFICIÊNCIA MENTAL

# Petição pública para a criação do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual

Conscienciar a sociedade e dar visibilidade à deficiência intelectual é o grande propósito da proposta de criação do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual, lançada pela Humanitas – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental.

A Federação, dando expressão aos cidadãos com deficiência intelectual, suas famílias, seus cuidadores formais e informais, considera pertinente a criação do Dia Nacional da Pessoa Deficiência Intelectual, a celebrar anualmente no dia 10 de maio.

Para alcançar tal desiderato, a Humanitas lançou uma petição pública no sentido de angariar, pelo menos, 7.500 assinaturas, a fim de que a mesma seja discutida pelo plenário da Assembleia da República.

A data escolhida e proposta para o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual é o dia 10 de maio, o mesmo que em 2022 a Federação pretende entregar as assinaturas recolhidas ao presidente da Assembleia da República.

Tudo começou no passado dia 9 de dezembro, por ocasião da celebração de duas efemérides, muito importantes para a área da deficiência intelectual: o 20º aniversário da Humanitas e o 50º do lançamento, pela ONU, da primeira Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência Intelectual.

“Assinalar estas duas datas foi o que nos levou a pensar em criar o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual. E porquê? Porque este é um período, na área da deficiência intelectual, muito interessante e que é importante relevar”, começou por justificar, Helena Albuquerque, presidente da Humanitas.

Ora, se na primeira metade do século XX a prática usual era as famílias desistirem das pessoas com deficiência intelectual e depositarem-nas em instituições, logo, longe dos olhos, longe do coração, já a partir dos anos 1960 os pais decidem assumir a condição dos filhos e reivindicar os devidos direitos destas pessoas. A primeira expressão desse movimento em Portugal foi a criação da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa, em 1962.

“Esse movimento parental espalhou-se por todo o país. Primeiro, com a criação das APPACDM, depois com as primeiras cooperativas, como a Fenacerci, e a percepção dos pais era muito: ‘Nós é que sabemos o que é melhor para os nossos filhos’. É, por isso, que começam a formar-se as associações de pais”, conta a presidente da Humanitas, prosseguindo: “Esta percepção foi sendo alterada e o paradigma é completamente alterado. Já não são os pais que sabem o que é melhor para as pessoas com deficiência, mas são as próprias pessoas com deficiência que dizem, fazem sentir e expressam o que é melhor para elas”.



Porém, isto levanta alguns obstáculos, pois nem todas as deficiências permitem que tal aconteça, nomeadamente a deficiência intelectual.

“Em algumas deficiências é natural e perfeitamente enquadrável que as pessoas tenham expressão na primeira pessoa, mas na deficiência intelectual isto veio reforçar alguns traços específicos da deficiência intelectual que agora são mais visíveis. Nomeadamente, a sua invisibilidade, porque não é visível, não é audível e não se consegue representar na primeira pessoa. Não em todos os casos, mas na maior parte, porque associada à deficiência intelectual, em muitos casos, há certas características da comunicação que impedem essas pessoas de exteriorizarem os seus quereres, sentires, etc.”, argumenta Helena Albuquerque, explicando porque é importante criar-se um dia nacional da pessoa com deficiência intelectual: “Neste sector, sente-se, cada vez mais, que precisamos de espaços só nossos. SÉ necessário sensibilizar a sociedade e dinamizar algumas iniciativas que foquem os problemas específicos da deficiência intelectual. E é por isto que resolvemos lançar a petição para a criação desse dia, pois sentimos que urge criar espaços próprios onde se analise, discuta e aprofunde temáticas específicas da deficiência intelectual. Dar-lhe voz é, cada vez mais, premente nesta sociedade consumista e supérflua em que tudo o que não se vê não é importante”.

Para a presidente da Humanitas, “é preciso dar a conhecer a deficiência intelectual, para que as pessoas a conheçam e assim a possam perceber”, porque “as pessoas conseguem sentir o que é uma pessoa não andar, o que é uma pessoa não ver, mas não consegue sentir uma pessoa com deficiência intelectual e isto gera

afastamento, que, naturalmente, origina segregação social”.

É isto que a Humanitas quer combater com a criação do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual.

A recolha de assinaturas iniciou-se logo no dia 9 de dezembro e tem decorrido a bom ritmo.

“A primeira fase de todo este processo é a preparação e dinamização da sociedade civil em geral para aderir a este nosso projeto. A primeira etapa foi dinamizar as nossas cerca de 40 associadas, para além de outras instituições que já se associaram ao projeto. No fundo, é fazer sentir à sociedade civil a importância de criar este dia nacional”, explica Helena Albuquerque, acrescentando: “A segunda fase é a apresentação de, pelo menos, 7.500 assinaturas. Estamos a recolher assinaturas via online e na recolha direta através das nossas associadas e dos pais, que têm as fichas para poderem fazer a recolha, que é na via que temos apostado mais. Temos ainda uma ação virada para as organizações que queiram associar-se à nossa causa a quem apenas pedimos o logótipo para figurar na listagem dos apoiantes”.

A intenção da Humanitas é fazer a entrega simbólica, no dia 10 de maio, das assinaturas recolhidas ao presidente da Assembleia da República.

E se as duas fases iniciais são “muito importantes”, a terceira fase não o é menos, ou seja: “O que é que vamos fazer deste dia?”, refere a presidente da Humanitas.

“O que vamos fazer é aproveitá-lo bem para chamar a sociedade em geral para conhecer melhor a deficiência intelectual e para discutir alguns assuntos específicos da área”, sustenta.

GUERRA NA UCRÂNIA

# Solidariedade com refugiados ucranianos já mobiliza as IPSS

Com o explodir da guerra, o êxodo da Ucrânia foi repentino e massivo, sendo composto, fundamentalmente, por mulheres, crianças e idosos. Solidários como sempre, os portugueses têm-se desdobrado em iniciativas para ajudar quem está a sofrer os horrores da guerra. As entidades oficiais já lançaram algumas medidas no sentido de coordenar e apoiar as disponibilidades de acolhimento e de trabalho e a CNIS e as suas instituições associadas não ficam de fora. São já várias as IPSS que se disponibilizaram para acolher e dar trabalho a refugiados da Ucrânia, mas a CNIS espera que muitas mais se juntem a este esforço de minimizar o sofrimento destas pessoas.

A guerra que estalou na Ucrânia, no passado dia 24 de fevereiro, tem, para além das mortes, dos feridos e da destruição, provocou desde o primeiro dia uma fuga em massa da população ucraniana. Com os homens entre os 18 e os 60 anos proibidos de sair do país, são sobretudo mulheres, crianças e idosos os que engrossam o êxodo rumo ao Ocidente, especialmente, aos países da União Europeia.

Tal como há uns anos com os refugiados de guerra sírios, as IPSS voltam a abrir os braços a quem foge da guerra e precisa de um teto, de trabalho e, principalmente, de paz.

No sentido de ajudar estas pessoas que fogem da morte e destruição, o Governo aprovou, no início deste mês, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, que estabelece os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia.

Nessa sequência, foi aprovado um pacote de medidas especiais para o acolhimento, proteção e integração de pessoas deslocadas da Ucrânia em Portugal, envolvendo serviços públicos, autarquias e sociedade civil.

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM), articulado com o Instituto de Segurança Social, assegurará a distribuição de alojamento para os cidadãos ucranianos que necessitem.

Neste sentido, o ACM criou um endereço específico para informação aos cidadãos e às cidadãs que queiram vir para Portugal, aos cidadãos e às cidadãs ucranianos/as a residir em território nacional que queiram saber como trazer a família para o país e a todos os cidadãos e cidadãs que queiram apoiar.

Assim, a informação pode ser obtida através do endereço: [sosucrania@acm.gov.pt](mailto:sosucrania@acm.gov.pt). Este endereço centralizará, igualmente, as ofertas de alojamento disponíveis.

Por outro lado, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) criou a plataforma



«Portugal for Ukraine» com o intuito de apoiar os cidadãos da Ucrânia que pretendam, por razões do conflito armado e humanitárias, residir em Portugal.

A sociedade civil pode contribuir para a integração social e profissional destes cidadãos, registando e manifestando a intenção de os recrutar através do formulário: <https://formularios.iefp.pt/index.php/637833?lang=pt>.

O IEFP fará o mapeamento das competências dos trabalhadores ucranianos acolhidos, dos locais de acolhimento/residência e das ofertas de emprego disponíveis e entrará em contacto para apresentar candidatos, caso exista ajustamento ao perfil pretendido. Nessa sequência,

a oferta de emprego deverá ser formalizada ao IEFP, para efeitos de acesso aos apoios disponíveis: Medida Incentivo ATIVAR.PT e Medida Compromisso Emprego Sustentável. O IEFP organizará também cursos de Português Língua de Acolhimento para facilitar a integração laboral destes cidadãos. Qualquer questão pode ser direcionada para [ofertasucrania@iefp.pt](mailto:ofertasucrania@iefp.pt).

## CNIS ASSOCIA-SE

A CNIS, não podendo ficar indiferente à dimensão do drama por que têm passado muitos ucranianos e ucranianas, associa-se também a este esforço conjunto.

Assim, e na eventualidade de as instituições



poderem dispor de alojamento e/ou de ofertas de trabalho para aqueles cidadãos que vêm encontrar proteção em Portugal, solicita-se a manifestação dessa disponibilidade.

As instituições que possam assegurar a dimensão do alojamento deverão fazer chegar à CNIS essa informação (através do email [cnis@cnis.pt](mailto:cnis@cnis.pt)). Dessa informação deverá constar o tipo de alojamento (se habitação autónoma ou em equipamento), se há possibilidade de alimentação associada, se há possibilidade de lavagem de roupa de uso pessoal, se há possibilidade de disponibilizar algum tipo de apoio técnico de acompanhamento pontual.

Essa informação será centralizada e encaminhada ao ACM e ao Instituto de Segurança Social, para os devidos efeitos.

As IPSS que possam assegurar a dimensão do emprego deverão submeter a informação ao IEFP, através do formulário respetivo (ver acima), sinalizando igualmente à CNIS essa mesma disponibilidade (através do email [cnis@cnis.pt](mailto:cnis@cnis.pt)).



Até ao dia 7 de março, a CNIS já tinha recebido a manifestação de disponibilidade para acolher refugiados da Ucrânia de 18 instituições.

A saber: Cinco de Braga, quatro da Guarda, duas de Bragança, duas de Santarém, duas de Castelo Branco, uma de Lisboa, uma do Algarve e uma de Viana do Castelo. A estas, a CNIS espera que se juntem muitas mais, até porque esta pode ser uma oportunidade, não só para se ser solidário, mas para arranjar a mão-de-obra que as IPSS tanto necessitam e não conseguem contratar entre os portugueses.

## CÁRITAS AJUDA UCRÂNIA

Por outro lado, a Caritas Portuguesa já tem no terreno a campanha «Caritas Ajuda Ucrânia», cuja verba angariada tem como objetivo reforçar a capacidade de resposta da Caritas na Ucrânia, nos países fronteiriços e o eventual acolhimento a famílias deslocadas em Portugal.

“Tomamos esta medida de urgência face ao pedido de ajuda que nos chega da Caritas Ucrânia, que tem intensificado a sua resposta junto da população e cujas necessidades aumentam diariamente. Falamos de um apoio de emergência no local em alimentos, medicamentos e abrigo, mas também da urgência em responder à situação dramática de milhares de pessoas deslocadas e que necessitam de ajuda imediata, revela Rita Valadas, presidente da Caritas Portuguesa.

Para sustentar o trabalho das duas organizações Caritas ucranianas – Caritas Ucrânia e a Caritas-Spes – a Caritas Internationalis lançou um apelo de emergência, que permitirá

ajudar cerca de 13.000 pessoas em diferentes partes do país e, especialmente, em áreas críticas como Kramatorsk, Rubizhne, Zaporizhya, Volnovakha, Mariupol, Kharkiv, Dnipro, Kiev, Zhytomyr, Odesa, Ivano-Frankivk.

Também as Caritas da Polónia, Moldávia, Roménia e Eslováquia estão, atualmente, a prestar assistência humanitária e informação segura aos milhares de refugiados que estão a atravessar as respetivas fronteiras.

Associando-se à campanha «Caritas Ajuda Ucrânia», a Caritas Diocesana de Coimbra replicou o gesto da Caritas Portuguesa, que através do seu Fundo de Emergências Internacionais, se comprometeu com a doação de 20 mil euros diretamente à Caritas Ucrânia, e doou o mesmo valor ao movimento.

Com este gesto, a Caritas de Coimbra pretende garantir que todas as pessoas tenham acesso à assistência humanitária e assegurar que a Caritas Ucrânia tem condições para continuar o seu trabalho junto das pessoas afetadas, através da distribuição de alimentos, água potável, abrigo seguro e kits de higiene.

Todos os interessados em apoiar a campanha «Caritas Ajuda Ucrânia» poderão fazê-lo através de:



Donativos online: [www.caritas.pt/donativos-online](http://www.caritas.pt/donativos-online) ou IBAN: PT50.0033.0000.01090040150.12

Multibanco: 22222 (entidade) 222 222 222 (referência).

A campanha «Caritas Ajuda Ucrânia» será apenas de recolha de fundos e visa reforçar a capacidade de resposta da Caritas na Ucrânia e nos países fronteiriços e o eventual acolhimento a famílias deslocadas em Portugal.

A Caritas de Coimbra encontra-se disponível para estabelecer o contacto entre os potenciais doadores e a Caritas Portuguesa, no caso de terem dificuldades em fazer chegar os seus donativos.

## CRIANÇAS EM PERIGO

Também as Aldeias de Crianças SOS criaram um fundo de emergência para



ajudar crianças e famílias vítimas da guerra na Ucrânia e lançam apelo a apoios.

As Aldeias de Crianças SOS têm como prioridade proteger o maior número de crianças e famílias e, por isso, criaram um fundo de emergência para apoiar crianças e famílias vítimas da guerra na Ucrânia.

Presentes na Ucrânia desde 2003, as Aldeias de Crianças SOS apoiam mais de 2.000 pessoas naquele país (crianças, jovens e famílias de acolhimento) e, neste momento, estão a apoiar ainda mais famílias.

Estão a ser realocadas crianças e famílias e, nos últimos dias, já foi possível realocar mais de 60 crianças para a Polónia, onde foram recebidas pela equipa das Aldeias de Crianças SOS daquele país da União Europeia.

Os responsáveis pelas Aldeias de



Crianças SOS em Portugal alertam para a necessidade de serem tomadas medidas urgentes para proteger e cuidar de todas as crianças e famílias afetadas. Isto inclui o apoio especial às crianças em famílias de acolhimento ou de parentesco, e o apoio aos refugiados nas fronteiras e nos países vizinhos.

“Alertamos que, neste momento, na Ucrânia há também mais de 100.000 crianças em instituições que correm perigo, conforme informações das Aldeias de Crianças SOS da Ucrânia”, assevera

Luís Cardoso de Meneses, secretário-geral das Aldeias de Crianças SOS Portugal.

Assim, o fundo de emergência, criado pelas Aldeias de Crianças SOS, apela ao contributo de todos para: O apoio à deslocação e abrigo, dando às famílias ajuda nos custos de deslocação e alojamento; o reagrupamento familiar; o apoio de emergência, como medicamentos, artigos de higiene e alimentos; o apoio psicológico, tanto para as crianças e famílias, bem como para a equipa no terreno; o reforço das nossas equipas, pois com um aumento do número de famílias e crianças que necessitam do nosso apoio, bem como a sua deslocação, torna-se necessário o aumento da capacidade da nossa equipa na região.

“Todos nos sentimos impotentes e todos queremos que a guerra pare. A nossa prioridade é proteger o maior número de crianças. Queremos que as crianças cresçam sem ódio. Estou em contacto próximo com as Aldeias de Crianças SOS na Rússia e na Bielorrússia. Estamos do mesmo lado, ou seja, do lado das crianças. Continuaremos o nosso trabalho para proteger as crianças do horror da guerra”, afirma Serhii Lukashov, diretor nacional das Aldeias de Crianças SOS da Ucrânia.



ATIVAR.PT

# Candidaturas abertas para estágios de inserção de jovens no mercado de trabalho

O primeiro período de candidaturas estágios Ativar.pt, que visa a inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados, arrancaram no início do mês de Março, anunciou o ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Em comunicado, o ministério adianta que o calendário desta medida este ano “irá decorrer em dois períodos distintos”, sendo que o primeiro inicia-se “dia 01 de março até 30 de junho” e o segundo período de candidaturas “começa no dia 01 de outubro até 30 de dezembro”.

A medida estágios Ativar.pt “consiste num apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados, através do desenvolvimento de uma experiência prática em contexto de trabalho”, refere o comunicado.

O programa tem a duração de nove meses

e “promove a entrada de jovens no mercado de trabalho, com a comparticipação do IEFP [Instituto de Emprego e Formação Profissional] de 80%”.

Os estágios Ativar.pt, que substituem os estágios profissionais, “incluem uma majoração nas bolsas de estágio e valorizam as qualificações”, refere a nota do gabinete da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

“A bolsa de estágio para um estagiário com licenciatura aumentou 88 euros em 2022, passando para 790 euros, ou de 922 euros no caso de estagiário com mestrado”, salienta.

As candidaturas, acrescenta, são efetuadas pela entidade empregadora no portal iefponline.

“O lançamento do Ativar e do Compromisso Emprego Sustentável em março tem como objetivo direto promover



a entrada dos jovens no mercado de trabalho e combater o desemprego jovem”, afirma a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, citada no comunicado.

“Desde início desta medida, entre outubro de 2020 e dezembro de 2021, os estágios Ativar.pt receberam 56 mil candidaturas, relativas a 68 mil estagiários”, lê-se na nota enviada.



**SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ESPECÍFICAS**  
PARA A ECONOMIA SOCIAL E UNIDADES DE SAÚDE



**INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES E PRÓXIMAS DOS UTENTES.**

innovatiOntrail  
F3M·feel the difference

Estaremos em **+ DE 20 CIDADES**

**INSCREVA-SE JÁ!!!**



SETOR SOCIAL NA ERA DIGITAL

✓ **INOVAÇÃO TECNOLOGIA**  
DESMATERIALIZAÇÃO  
SEGURANÇA

✓ **ORADORES COM ELEVADO KNOW-HOW**  
ESPECIALISTAS DE REFERÊNCIA

✓ **RESERVE O SEU LUGAR EM**  
[www.f3m.pt](http://www.f3m.pt)

F3M Information Systems, S.A.  
contacto@f3m.pt | www.f3m.pt  
PORTUGAL | ANGOLA | MOÇAMBIQUE



PARES – PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS

# Instituições do concelho de Abrantes veem as candidaturas, finalmente, aprovadas

Finalmente, o Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira, em Tramagal, vai poder materializar o sonho antigo de construir uma Estrutura Residencial Para Idosos.

A ambição de muitos anos, vai poder ser concretizada graças à aprovação da candidatura que a instituição fez ao PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) e que lhe vai permitir fazer um investimento de cerca de 800 mil euros.

Com a criação da valência residencial para os idosos, que terá uma capacidade para 38 utentes, a instituição do Tramagal alarga a sua resposta à comunidade, que atualmente é dada através das valências de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), aos idosos, e de creche, aos mais novos.

Para já, os responsáveis pela instituição aguardam alguns pareceres para, então, prosseguir com a contratação da empresa que fará a empreitada, que esperam ver arrancar em meados de 2022.

A ERPI será erigida no terreno contíguo ao Centro Social Paroquial e a sua construção está orçada em 800 mil euros, financiado pelo PARES em 80%, cabendo à instituição suprir os restantes 20%.

Apesar do esforço financeiro que a instituição terá que fazer, com recurso à banca, o projeto contribuirá para a sustentabilidade futura da instituição, para além de que serão criados mais postos de trabalho.

Também no município de Abrantes, o Centro Social Paroquial de Rossio ao Sul do Tejo também viu, finalmente, a sua candidatura ao PARES aprovada, se bem que a obra de requalificação do lar de idosos já tenha arrancado há mais de um ano.

O investimento nas obras de requalificação do edifício do século XIX, bem no centro da freguesia de Rossio ao Sul do Tejo, é de cerca de 400 mil euros, que o PARES cobre em 75%, ficando os restantes 25% a cargo da instituição.

Os responsáveis pela instituição consideram que era imperioso efetuar as obras de requalificação, pois a degradação do edifício começava a colocar em causa a segurança de quem acolhe e de quem lá trabalha.

Sem a certeza de que o projeto seria aprovado e que chegaria o dinheiro do PARES, a instituição avançou com a obra, face à necessidade, e agora chegou a aprovação numa altura em que a obra está praticamente pronta.

Aliás, a obra era para já estar acabada, mas a pandemia, a falta de mão de obra e de matérias primas tem adiado o seu fim, para além das surpresas que um edifício antigo sempre reserva.

Já na zona norte do concelho de Abrantes, também o Centro de Solidariedade Social do Souto viu, recentemente, aprovada a sua candidatura ao PARES, no sentido de ampliar a sua ERPI.



Instalado no edifício da antiga Casa do Povo de Souto, o lar de idosos da instituição tem uma capacidade para apenas 11 utentes. Agora, com as obras de ampliação, que rondam um custo de 460 mil euros, a estrutura vai poder acolher mais 15 idosos, de uma lista de espera de cerca de 50 pessoas.

Constituída em 1989, a instituição só começou a desenvolver trabalho social em 1995, para em 2003 ser registada na Segurança Social como IPSS. Inicialmente, a instituição desenvolveu apenas a valência de Centro de Dia, seguindo-se o SAD, mas sempre foi um sonho dos responsáveis a criação de um lar.

Com apenas 11 vagas, a ERPI, desde o primeiro momento, está lotada, mantendo-se ao longo dos anos uma procura muito grande.

Com um investimento, inicialmente, previsto de 460 mil euros, a instituição conta com 80% de comparticipação do PARES, ou seja, cerca de 316 mil euros. Para cobrir o resto, o Centro de Solidariedade Social do Souto irá recorrer a um empréstimo bancário, contando, no entanto, também com o apoio da Câmara Municipal de Abrantes e da Junta de Freguesia local.

O início das obras de ampliação tem estado em suspenso, pois a instituição não tem capacidade financeira para avançar com as mesmas, pelo que a aprovação da candidatura ao PARES



vem resolver essa situação.

Os responsáveis pela instituição temem que a obra derrape em termos financeiros, devido ao aumento dos preços devido à pandemia de Covid-19 e agora a guerra na Ucrânia. E a intervenção é urgente, pois o edifício, para além da ampliação, necessita de obras de requalificação, devido ao estado de degradação.

Para além da ERPI, a instituição acolhe 17 utentes em Centro de Dia e apoia 15 idosos através do SAD, com uma equipa de 19 funcionários, que será aumentada com mais cinco trabalhadores aquando da abertura do lar ampliado, constituindo-se como o maior empregador na zona norte do concelho.

MANUEL LEMOS, PRESIDENTE DA UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

# A ajuda aos refugiados ucranianos pode ser uma oportunidade para Portugal

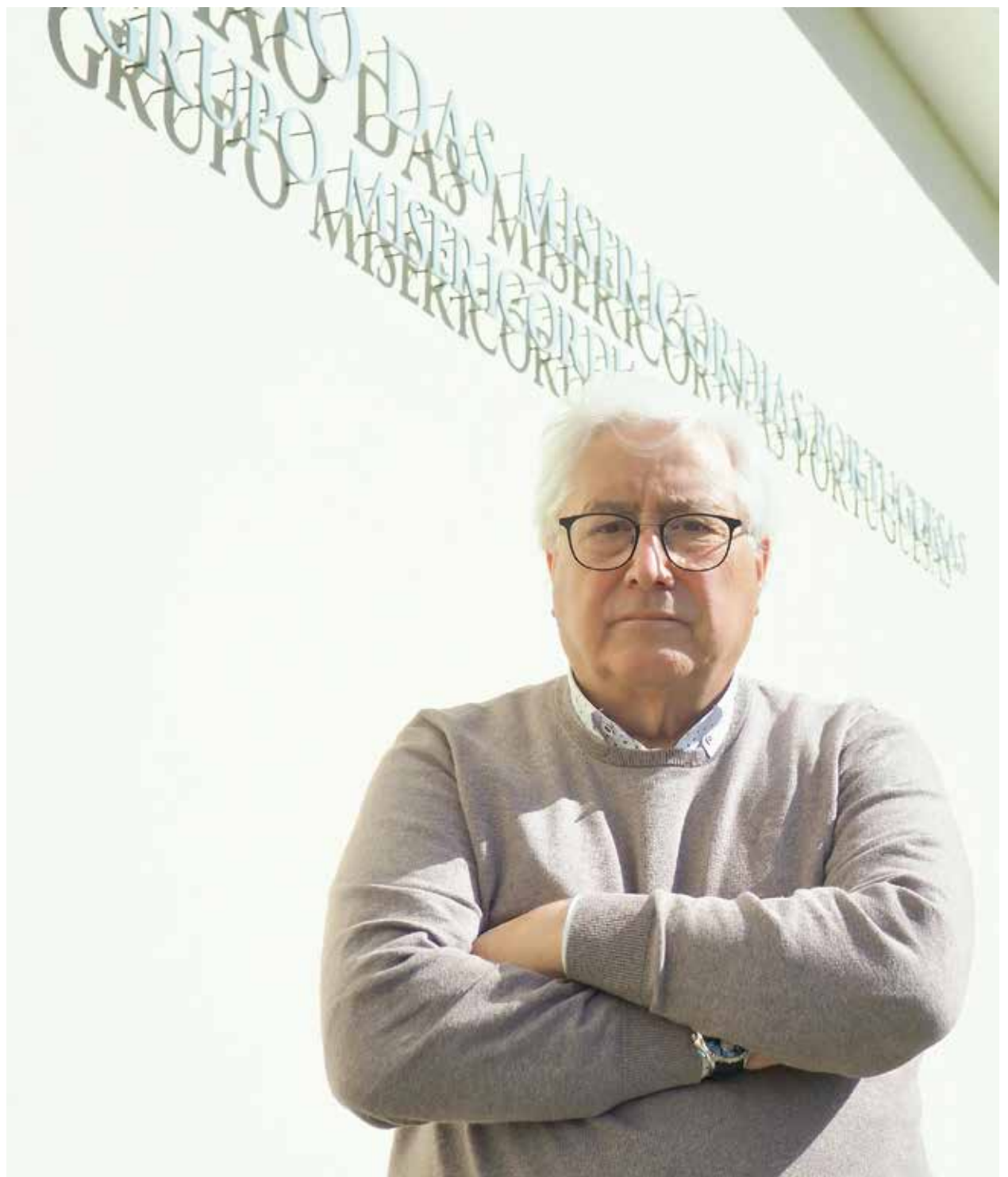
Os últimos 16 dos 72 anos da vida de Manuel Augusto Lopes de Lemos foram dedicados à União das Misericórdias Portuguesas. É natural do Porto e é licenciado em direito. Foi Deputado, Presidente da Administração Regional de Saúde do Porto, chefe de gabinete da Ministra da Saúde, Leonor Beza, Comissário Regional do Norte da Luta Contra a Pobreza. Desempenhou muitas funções em Instituições do Sector Social, como, por exemplo, Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Presidente da Comissão de Saúde da União das Misericórdias Portuguesas e Presidente do Grupo Misericórdias Saúde, entre muitas outras. Manuel Lemos foi eleito pela primeira vez presidente da União das Misericórdias Portuguesas em Novembro de 2006, sucedendo ao padre Vitor Melícias, que cumpriu 15 anos à frente da Instituição. Manuel de Lemos é o terceiro presidente e já bateu o recorde de permanência à frente da UMP.

Neste momento também é líder da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES) que foi constituída em 2018 e congrega as entidades representativas da Economia Social em Portugal, nomeadamente a UMP – União das Misericórdias Portuguesas, CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CPF – Centro Português de Fundações, CPCCRD – Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, UMP – União das Mutualidades Portuguesas, ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL e APM – Associação Portuguesa de Mutualidades.

**SOLIDARIEDADE – Estamos a assistir à guerra na Europa. A invasão da Ucrânia pela Rússia está a provocar uma nova vaga de refugiados. O sector social vai estar, de novo, na linha da frente da solidariedade?**

**MANUEL LEMOS** – Não tenho dúvidas nenhuma. Estava a lembrar-me que o papa da gestão, Peter Drucker, disse que o século XX tinha sido o século do Estado e das empresas e o século XXI ia ser o século das organizações sem fins lucrativos, o core da economia social e sector social. Temos assistido a um aumento continuo da importância do sector social solidário, utilizando a expressão mais portuguesa para as pessoas perceberem melhor. Quando o mundo entra em crise, a generosidade das pessoas, a disponibilidade, o voluntarismo, a ajuda aos outros vem ao de cima e as instituições organizadas do sector assumem uma importância decisiva. Nos momentos de dificuldade atingem o seu esplendor e cumprem a sua missão de ajudar as pessoas.

**As instituições sociais já foram chamadas a acolher refugiados de outras guerras, mas talvez pela proximidade, tem havido uma**



**disponibilidade imediata para auxiliar os que fogem da guerra da Ucrânia...**

Claro que sim. Isto nunca nos tinha acontecido. Em oitenta anos é a primeira grande guerra depois da II guerra mundial. Portugal tem sido um país de imigração da Ucrânia, neste momento temos cá cerca de 50 mil ucranianos. Por razões várias inseriram-se bem, não fizeram como outros que passaram por Portugal com o objetivo de irem para outros destinos como a França e a Alemanha. Os ucranianos tiveram que atravessar esses países para chegarem aqui. Escolheram-nos. Por outro lado, a forma como um povo pacífico está a ser invadido ajuda a criar uma reação imediata. Criou-se em toda

a Europa, e mesmo no mundo, um sentimento de revolta que se transforma em solidariedade.

**Estão já calculadas as capacidades de acolhimento nas instituições?**

A União das Misericórdias foi, provavelmente, a primeira grande organização portuguesa a tomar posição sobre essa matéria. Fizemos saber ao Presidente da República, Governo e opinião pública da nossa disponibilidade para acolher pessoas oriundas da Ucrânia de forma duradoura. Isto é, não atenderemos apenas aqueles que estão a fugir à guerra, mas os que quiserem cá ficar, para trabalhar e viver, nós vamos ajudar. Neste momento estamos já a fazer um levantamento junto das Misericórdias

para sabermos quantas pessoas podemos acolher e quantos postos de trabalho podemos oferecer. Não tenho números, ainda é cedo, mas a resposta tem sido grande. As IPSS ligadas à CNIS estão a reagir da mesma forma, não tenho quaisquer dúvidas.

#### **O país pode ganhar com este acolhimento...**

Podemos aqui fazer uma parceria *win-win*. Temos dado conta ao governo as nossas dificuldades de contratação de recursos humanos, sobretudo nos territórios de baixa densidade. A possibilidade de fazermos uma conjugação entre as nossas necessidades e as necessidades dos ucranianos que virão e a coincidência de estarmos a concorrer a programas como o PARES e o PRR, que vão proporcionar mais e melhores equipamentos, pode ser providencial. Dar dignidade a esta gente, emprego, nível de vida, fazer com que se sintam bem vai fazer com que nós consigamos ter mais recursos humanos e mais população.

#### **A pandemia ainda não acabou e já aí está mais um desafio... Isto é mais uma prova da versatilidade deste sector?**

Os últimos anos têm sido de grande crise social. Desde os anos da *troika*, em que a crise foi brutal, doze anos em que andamos todos a sofrer muito para tentar responder às pessoas. As instituições ficaram tão depauperadas que nunca mais recuperaram. Depois tivemos a pandemia, com as mortes e a insegurança criada na comunidade. E quando pensávamos que a pandemia estava a acabar levamos com uma guerra em cima. Só para dar um exemplo, o aumento dos combustíveis vai afetar-nos de uma maneira direta e de maneira indireta nos bens que vão subir por causa desse aumento nos transportes. Nós somos consumidor final, não podemos impactar esses custos aos nossos utentes porque eles não têm possibilidades. Nós temos vivido sempre em crise. Por vezes com uma incompreensão ideológica e política a que temos sempre resistido. Nestes últimos dez anos as instituições todas cresceram. E todas têm mais dificuldades. Aumentaram as suas respostas porque tiveram a força capaz para atender às dificuldades sociais da sociedade portuguesa na última década.

#### **Como é possível esta reconversão sistemática e versatilidade do sector social?**

Porque as instituições são pequenas, são ágeis, descomplicadas. O Estado é por natureza complicado, é uma máquina pesada, em nome da transparência, da *accountability*, da burocracia, tornando as coisas impossíveis de fazer. Nós somos o contrário e temos uma relação de confiança com as pessoas que faz com que consigamos mudar rapidamente quando é preciso.

#### **Não tem havido *simplex* para o sector social...**

Não tem havido. Declarações pias muitas. O Estado em muitos casos continua a pedir às instituições, nas diversas candidaturas, por exemplo, os documentos que é ele mesmo que tem que fornecer. Pede os estatutos, as contas dos últimos três anos, parecendo desconhecer que isso são condições obrigatórias para o funcionamento legal. É o cúmulo da burocracia.

#### **A pandemia acabou por ser mais uma prova de competência do sector social?**

Portugal foi o país onde houve menos óbitos em lar, em percentagem. Os números oficiais

dizem que foram um pouco mais de 26 por cento. O país que vem a seguir é a Alemanha com cerca de 33%, em Espanha cerca de 40%, em Itália e no Reino Unido 50%. Nós fomos capazes porque fomos ágeis e mantivemos os lares como parte da comunidade. No final das contas a resposta é brutal por parte do sector social, mesmo contabilizando também os números dos lares que não estão legalizados.

#### **O Estado reconhece isso?**

Nas palavras reconhece. A sensibilidade dos diferentes ministérios varia. O reconhecimento é grande na área da segurança social e solidariedade. Temos tido nesta última década pessoas com grande sensibilidade. Pedro Mota Soares, Vieira da Silva, Ana Mendes Godinho, cada um com a sua idiossincrasia, mas todos com grande preocupação sobre o sector social. Os primeiros-ministros, António Costa e Pedro Passos Coelho também. O pior é quando chegamos à saúde com os ministérios com dificuldades de entendimento entre si. O que aconteceu de articulação durante a crise foi muito provocada pelo nosso trabalho. O pior é quando chegamos ao vil metal. O Estado tem sempre outras prioridades. E é desgastante, difícil e complicado. Se me permite quero prestar uma grande homenagem ao padre Lino Maia. Sem ele não teria sido possível. Não tinha sido mesmo possível alcançar os resultados, sem desprimor para os outros parceiros da cooperação, designadamente o Rogério Cação que faleceu entretanto, mas o dr. Lino Maia foi absolutamente fundamental para que conseguíssemos em conjunto explicar ao país e aos governantes a necessidade de olharem com mais atenção para a área financeira. O nosso trabalho foi determinante. Tínhamos criado condições para começar a pôr a cabeça de fora...

#### **Está a referir-se à revisão do Pacto de Solidariedade?**

O Pacto é uma proposta feita pelos padres Vítor Melícias e José Maia ao então primeiro-ministro António Guterres. Depois eu e o Lino Maia valorizamos o Pacto e consideramos que ele é a nossa Magna Carta. 25 anos depois sentimos que estava na hora de o atualizar, muita coisa mudou nas questões sociais. Conseguimos fazer aprovar um texto que aumenta as responsabilidades conjuntas, nossas e também do Estado. A circunstância de estar lá escrito que tem que haver partilha de custos das respostas sociais é muito importante e é um regresso ao espírito de há anos 25 atrás.

#### **A revalidação do Pacto de Solidariedade foi feita em Dezembro do ano passado, depois disso houve eleições e daí resultou uma maioria absoluta para o Partido Socialista. António Costa, que assinou o documento, será primeiro-ministro durante quatro anos. Considera que nestas condições é mais fácil cumprir o Pacto?**

O Pacto estabelece um prazo de dez anos para chegarmos a esse equilíbrio. Para além dos aumentos de todos os anos haveria atualizações até recuperarmos do desequilíbrio. Neste momento, como foi demonstrado num estudo da Universidade Católica, o Estado contribuiu com cerca de 36 por cento para as respostas sociais. Em dez anos deve chegar aos 50 por cento. Eu e o padre Lino Maia tivemos uma reunião com o primeiro-ministro e fizemos um desafio: adotar o mesmo esquema do



aumento do salário mínimo e reduzir para metade o prazo de recuperação. Vamos ver o que a guerra vai trazer ao nosso país, mas António Costa tomou boa nota desta nossa pretensão. A maioria absoluta pode, de facto ser favorável, designadamente com o fim de alguns preconceitos ideológicos que a primeira maioria tinha em relação a este sector.

#### **Tem algum receio relativamente à escolha do próximo ministro para o sector?**

Estou expectante. O primeiro-ministro é que sabe e mal parecia se tentássemos influenciar. Temos com ele uma excelente relação de muitos anos, muita confiança e trabalho em conjunto. Dira que tem que ser uma pessoa disponível para o diálogo, não vir com ideias feitas, perceber somos entidades flexíveis, que nos orgulhamos muito do nosso passado, mas vivemos no presente e para o futuro.

#### **Neste momento preside à Confederação Portuguesa de Economia Social. Há, finalmente, um espírito de equipa no sector social?**

Evoluiu de uma maneira brutal. Temos que distinguir a economia social e a economia solidária. Na área da cooperação havia já uma grande coordenação com as quatro organizações do sector. A Confederação agrega uma área mais vasta. A economia social representa 6 por cento do emprego em Portugal, longe ainda de alguns países da Europa. No plano da concertação ainda existe uma visão muito rígida entre patrões e empregados, público/privado. Se houver abertura para a nossa entrada para a Concertação Social isso seria um passo muito importante para o equilíbrio da sociedade portuguesa. O Presidente da República e o Presidente do CES (Conselho Económico e Social) estão recetivos a essa ideia.

#### **Está há 16 anos à frente da União das Misericórdias. Vai continuar?**

Tenho eleições no final do próximo ano. Enquanto as instituições nos quiserem e nós tivermos vida, capacidade e vontade estarei disponível.

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA  
Economista



# O sentimento de pertença de ser europeu vai derrotar Putin

Nesta altura é impossível que não aborde o tema que a todos nos inquieta, a guerra. O início de década vinte deste século trouxe-nos, logo no princípio, o medo e a insegurança provocada pelo surto pandémico que varreu todo o mundo. Ainda a pandemia não estava resolvida e surge de modo inopinado uma guerra para a qual a maioria dos europeus pensava que nunca mais aconteceria, pelo menos, tão perto de nós. De repente, o mundo mudou muito e o que era impensável apenas escassos dias atrás tornou-se realidade. A barbárie voltou ao terreno europeu, o que não acontecia desde a II Guerra Mundial. A ofensiva da Rússia não tem poupado alvos civis, os canais televisivos e os jornais mostram imagens e transmitem notícias arrepiantes. Mais de um milhão de refugiados ucranianos procura abrigo noutros países. E tudo em nome da vontade de um déspota que quer dominar um País e um povo que, democraticamente e por uma larga maioria, tomou a opção por pertencer a um mundo livre.

Nesta guerra, o que está em causa é alguém que quer impedir pelo uso da força que um País e um povo possa viver numa sociedade em paz e liberdade. A paz, a liberdade e a solidariedade foram os valores essenciais que moldaram a génese do projeto europeu. Lembremo-nos que esse projeto nasceu de uma oração em que se rogava “guerra, na Europa, nunca mais”. Essa prece foi ouvida e houve, nesse tempo, a capacidade e o génio de transformar essa oração num projeto político, que carregou excelentes resultados para o velho continente. Para além da paz e liberdade foram consagrados nas sociedades europeias outros valores como a solidariedade, a democracia, o respeito pelo Estado de direito, a igualdade perante a lei e alcançaram-se progressos sociais que eram no tempo inimagináveis.

Os europeus do norte são culturalmente diferentes dos europeus continentais e dos europeus do sul. Têm passados históricos, culturas e raízes distintas. Mas souberam da

experiência da guerra criar um modelo social baseado naqueles valores e construíam uma identidade europeia que se identifica através do sentimento de pertença a esse modelo. A resposta que governos e povos europeus têm dado nestes dias à tentativa de ocupação da Ucrânia não é mais do que a afirmação dessa identidade, desse sentimento de pertença inteligentemente conquistado, do qual os europeus não querem abdicar.

É sabido que no desenvolvimento do projeto de integração política europeu nem sempre as coisas se desenvolveram no melhor dos mundos. Nesse percurso houve contradições, impasses, crises e, nalguns momentos, vozes credíveis expressaram o seu ceticismo sobre a viabilidade da União Europeia. No entanto, nesta segunda década do século XXI a Europa está a mostrar que o projeto europeu está bem vivo.

Em primeiro lugar, porque a União soube dar uma resposta muito coordenada e eficaz no combate à pandemia, tanto no aspeto científico a apoiar decididamente as investigações para a descoberta de vacinas, na coordenação de esforços entre poderes públicos e privados como, sobretudo, nas medidas de natureza económica que tomou para minorar os efeitos económicos e sociais nos Estados Membros. Em segundo lugar, a reação da União Europeia à guerra iniciada pela Rússia foi muito rápida e várias medidas foram aprovadas com muito poucas hesitações, o que não é normal na política europeia. Em escassos dias foram aprovadas pesadas sanções económicas que congelaram as reservas que a Rússia tem fora do seu território; foi decidido bloquear o acesso dos bancos russos ao sistema de pagamentos internacionais; a União Europeia decidiu fazer compras de forma conjunta de armas para ajudar a Ucrânia a defender-se; a Alemanha tomou uma decisão, ao arrepio do que tem sido a sua política de décadas, de investir 100 mil milhões de euros na sua política de defesa e, todos os países europeus que pertencem à NATO, já anunciaram idêntico propósito de

reforçar os seus orçamentos de defesa. E tudo isto aconteceu com o apoio generalizado de praticamente todas as forças políticas, em todo o espaço europeu.

No nosso País, a exceção foi o Partido Comunista Português que continua preso a visões ultrapassadas e acaba por apoiar um regime em que corrupção e censura são uma realidade numa sociedade em que abundam personalidades que acumularam fortunas gigantescas à custa de negócios que lhes foram proporcionados pelo poder político chefiado por Putin.

Desde a II Guerra Mundial que, na Europa, um Estado não invadia outro com o único propósito de anexar o seu território. O último protagonista que o fez foi Adolfo Hitler. Passadas que são quase oito décadas é Putin que decide invadir um território de outro Estado, contra todas as normas de direito internacional e foi censurado praticamente por todos os países do mundo. Mas muito mais significativa e importante que tenha sido a tomada de posição política dos Estados, foi a expressão generalizada, bem visível e audível da opinião pública de norte a sul do planeta a condenar a invasão da Ucrânia. Agustina Bessa Luís escreveu: “vemos, lemos e ouvimos” e eu acrescento: sentimos e, nalguns casos, formamos opinião, mais ou menos fundamentada. Foi que aconteceu agora com a grande maioria dos europeus.

Falta saber como é que tudo isto vai acabar. Depois da II grande Guerra ter terminado com centenas de milhares de vidas ceifadas de forma violenta, houve quem tivesse jurado que guerra na Europa nunca mais poderia acontecer. Essa jura foi agora quebrada. Tenho a esperança que a quebra dessa jura vai ser passageira. O sonho dos povos que querem viver em paz, em liberdade e em solidariedade tem muita mais força do que se pode imaginar. Foi essa força que construiu a Europa de hoje. É essa força que agora se levanta maciçamente. Será essa força, esse sentimento de pertença de ser europeu que acabará por derrotar Putin.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



# “Não sei, meus filhos, que mundo será o vosso”

1 - “Não sei, meus filhos, que mundo será o vosso. / ...Acreditai que nenhum mundo, que nada nem ninguém/ vale mais que uma vida ou a alegria de tê-la./ ... quem ressuscita esses milhões, quem restitui/ não só a vida, mas tudo o que lhes foi tirado?/ Nenhum Juízo Final, meus filhos, pode dar-lhes/ aquele instante que não viveram, aquele objecto/ que não fruíram, aquele gesto/ de amor, que fariam “amanhã”./ E, por isso, o mesmo mundo que criemos/ nos cumpre sempre tê-lo com cuidado, como coisa/ que não é só nossa, que nos é cedida/ para a guardarmos respeitosamente/ em memória do sangue que nos corre nas veias,/ da nossa carne que foi outra, do amor que/ outros não amaram porque lho roubaram.”

Vou buscar a Jorge de Sena, e às suas “Metamorfoses”, estes excertos da “Carta a Meus Filhos sobre os Fuzilamentos de Goya”, que explicitam, certamente melhor do que eu o faria, alguns dos sentimentos que o actual quadro de guerra na Europa nos suscita.

A agressão da Rússia à Ucrânia constitui o mais recente exemplo deste roubo, mais do que de território, das vidas de tantos que o destino fez nascer e viver naquela parte mais oriental da Europa, “por serem fiéis a um deus, a um pensamento,/ a uma pátria, uma esperança”, como escreve, noutra passagem, Jorge de Sena. (... “às vezes, por serem de uma raça, outras/ por serem de uma classe, expiaram todos/ os erros que não tinham cometido ...”

“Expiaram todos/ os erros que não tinham cometido”; de que estavam inocentes, portanto.

Sempre me causou estranheza, quando se trata de relatar os efeitos mais graves de uma guerra, ou de uma agressão militar, trazer à colação o conceito de “vítimas inocentes”, normalmente os civis – como se não fossem igualmente “inocentes” os que morrem em defesa da sua pátria; ou mesmo os soldados agressores, que tantas vezes são apenas carne para canhão ao serviço involuntário da ambição dos seus dirigentes políticos.

Um dos episódios mais pertinentes desta “inocência” dos agressores está no piloto russo abatido e capturado pelos ucranianos, a quem estes permitem que telefone à sua mãe, e que lhe confessa que partiu para a invasão sem saber ao que ia.

São, apesar de tudo, vantagens da tecnologia, que nos permite acompanhar a invasão em directo e ao detalhe, pela televisão e pelos telemóveis, nos torna mais próximos das aflições sofridas pela população agredida e ajuda a desmontar a propaganda, as mentiras e os pretextos que o agressor vai debitando, para “legitimar” as suas acções criminosas.

2 - Nasci após o fim da Segunda Grande Guerra e vivi até agora em situação de paz, no meu

País e naquela parte da Europa em que Portugal se integra.

É certo que tivemos a Guerra Colonial, mas essa não era uma guerra internacional, entre países independentes, antes constituiu ainda um episódio, um dos últimos, do movimento de descolonização que percorreu o pós-Guerra e conduziu ao desmoronamento dos impérios intercontinentais; e o conflito na ex-Jugoslávia – mas que não era uma guerra no sentido normal do termo, mas um efeito dos ajustamentos decorrentes da fragmentação da Federação Jugoslava e da sua transformação em vários Estados autónomos.

O que a invasão da Ucrânia pela Rússia traz de novo é a ameaça por Putin da utilização do armamento nuclear – ameaça que não visa apenas a Ucrânia, mas todos os países que integram a NATO, incluindo Portugal.

Tal sugestão representa um *up grade* relativamente à anexação da Crimeia, “manu militari”, aqui há alguns anos.

Vivi a maior parte da vida num mundo que, no aspecto bélico, era eufemisticamente designado como assente no “equilíbrio do terror”, que se traduzia numa predominância do Hemisfério Norte e na partilha da influência nesse Hemisfério entre, por um lado, o Pacto de Varsóvia, ao serviço da União Soviética; e, por outro, a NATO, comandada pelos Estados Unidos da América.

Quer a União Soviética, quer os Estados Unidos, dispunham – como ainda dispõem – de um arsenal nuclear bastante para destruir este planeta em que habitamos; e, quer um bloco, quer outro, sabiam que o uso de armamento nuclear por parte de um bloco, contra o outro, seria seguido de resposta simétrica, com o risco de destruição do planeta; e seguramente com a destruição do adversário.

Era esse saber comum que assegurava a paz, na medida em que cada um dos blocos sabia que um ataque ao outro se traduziria na sua própria destruição.

O “equilíbrio do terror” era isso – e a “Guerra” era “Fria”.

E foi esse equilíbrio que garantiu a paz na Europa, “do Atlântico aos Urais”, na segunda metade do século XX.

Nenhum dos líderes desses blocos político-militares alguma vez ameaçou sequer o outro com o uso do armamento nuclear; mesmo o caso da Baía dos Porcos, em Cuba, que tem sido muito invocado pelos russófilos como idêntico, nos seus fundamentos, ao da invasão da Ucrânia, não teve que ver com qualquer ameaça nuclear, mas apenas com a colocação de mísseis em território próximo dos Estados Unidos.

A União Soviética acabou, desagregando-se em três Estados independentes e autónomos, por

meio de um tratado subscrito pelos três: a Rússia, a Ucrânia e a Bielorrússia.

Quer dizer, a invasão da Ucrânia, país independente e autónomo, para além de uma violação do direito internacional, como é entendimento comum, representa ainda uma violação concreta pela Rússia do tratado por ela mesmo assinado, de transformação da Comunidade de Estados Independentes, antiga União Soviética, em três Estados verdadeiramente independentes.

Putin quer anexar a Ucrânia, dizendo que esta não tem direito a existir como Estado autónomo – voltando aos limites da antiga União Soviética, que a própria Rússia quis desmantelar.

O mesmo é dizer que não é um país fiável no contexto internacional – pois que rasga os contratos que celebra, não se podendo acreditar na sua boa fé em qualquer acordo que venha a celebrar.

Pois não é certo que já ameaçou renunciar ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares?

E não é também verdade que acordou, em negociações de paz, o estabelecimento de corredores humanitários para a população de Mariupol – apenas para violar tal acordo e mais facilmente poder bombardear a população em fuga, aumentando o terror e cuidando, assim, vencer a resistência moral do agredido?

3 – No tempo da presidência de Donald Trump, as pessoas de bem inquietavam-se com o facto de alguém tão inchado de si próprio e desprovido de qualquer escrúpulo na instrumentalização dos outros ter poder de decisão na utilização de arsenal nuclear para prosseguir interesses próprios; mas o sistema americano, apesar de tudo, como é próprio das democracias, possui mecanismos de controlo e limitação do poder das lideranças, mesmo tão insólitas quanto Trump – tanto assim que foi possível corrê-lo, mesmo contra a sedição promovida pelo Ex-Presidente para impedir a posse do sucessor.

Mas não sabemos como é na Rússia; e se a Putin está confiado o poder – ou se ele o confiou a si mesmo – de, sozinho, poder acabar com este mundo.

Quem, sendo alto responsável pelo KGB ainda no tempo da União Soviética, vem hoje criticar Lenine pela criação da Ucrânia, não é, definitivamente, pessoa de confiança.

No tempo de Lenine, ou de Estaline, muitos foram apagados por menos.

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE BEJA

# Primeiro encontro das instituições do distrito foi “muito proveitoso”

A União Distrital das IPSS de Beja promoveu, no passado dia 25 de fevereiro, o primeiro encontro de instituições sociais do distrito, num dia de trabalho longo, mas proveitoso.

“O objetivo era reunir o maior número de instituições do distrito e, acima de tudo, ouvir o que elas têm para dizer, porque a União Distrital só pode trabalhar se souber o que se passa com as instituições, as suas dificuldades e preocupações”, referiu no final, ao SOLIDARIEDADE, Vítor Igreja, presidente da UDIPSS Beja, mostrando-se esperançado que, no futuro, haja uma maior participação das instituições do distrito, lembrando que a estrutura intermédia da CNIS foi criada apenas há nove meses e é preciso dar-se a conhecer e ganhar a confiança das instituições.

Por outro lado, o distrito de Beja é muito grande e com grandes distâncias entre as localidades, o que dificulta a participação das cerca de 100 IPSS do distrito.

Isso mesmo referiu o presidente da CNIS, sublinhando que “Beja é um distrito pouco populoso e de distâncias muito grandes”, lembrando que no distrito, que tem 14 municípios e 75 freguesias, há 109 IPSS, o que, em média, dá mais do que uma instituição por freguesia.

Na sua intervenção, o padre Lino Maia começou por saudar a assinatura do protocolo entre a UDIPSS e o Instituto Politécnico de Beja e endereçou “uma palavra de gratidão” ao diretor do Centro Distrital da Segurança Social, Sérgio Fernandes, “porque, num distrito difícil, o Centro Distrital está a apoiar bem as IPSS”.

Depois, deixou “uma palavra de gratidão e de estímulo” para todas as IPSS, pois “se não fossem as instituições muito mais gente ficava para trás”.

Após incentivar as IPSS a filiarem-se na União Distrital, o presidente da CNIS fez um ponto da situação dos acordos de cooperação, lembrando que a atualização do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, assinado em dezembro último, aquando da passagem dos 25 anos da assinatura do documento original, tem como “grande novidade o Estado ter assumido por escrito que deve haver uma comparticipação equitativa, ou seja, que o Estado deve atingir os 50% dos custos com as respostas sociais”.

“Chegar dos atuais 36% de comparticipação do Estado aos 50% não será conseguido em apenas um ano, mas confiamos que ao longo da legislatura se chegará lá. Se for na legislatura já é muito bom”, defendeu o padre Lino Maia, sublinhando que “é importante que se dê este passo” tendo em vista a sustentabilidade das instituições.

Já relativamente à atualização dos acordos de cooperação, o líder da CNIS garantiu a retroatividade a janeiro, mas, “primeiro, o



Governo tem que tomar posse, o Orçamento de Estado tem que ser aprovado e só depois começaremos a negociar a Adenda 2022, o que só acontecerá no mês de julho”.

A terminar, o padre Lino Maia considerou que “é necessário praticar justiça com os trabalhadores e não pedir que eles pratiquem a caridade”, deixando um apelo aos presentes: “Sabemos das dificuldades e o que vos peço é resiliência. Não é preciso pedir para se dedicarem mais, mas peço-vos resiliência. É que se uma instituição desiste é muita gente que fica para trás”.

De seguida, Filomena Bordalo, assessora da CNIS, abordou a questão da gratuitidade da creche, informando que no próximo dia 4 de março haverá uma reunião da Comissão Nacional de Cooperação onde a matéria será tratada.

Antes já Sérgio Fernandes, diretor do Centro Distrital da Segurança Social, havia elogiado “o papel heroico dos dirigentes e trabalhadores e grande empenho em tempo de pandemia”, sublinhando: “Nas vossas equipas vemos o cuidado que tem com os outros neste período difícil de pandemia”.

Por fim, Sérgio Fernandes exortou para que haja um “diálogo franco, com respeito por cada um dos parceiros”, pois todos têm um objetivo comum: “A melhoria das condições de vida dos nossos concidadãos”.

Já Paulo Arsénio, presidente da Câmara Municipal de Beja, começou por relevar “o papel extremamente importante das IPSS no território bejense, considerando-as “um exemplo à escala europeia” e lembrando que, “na pandemia,



nenhuma das IPSS que conheço baixou os braços”.

Por fim, o autarca afirmou que, “a partir de janeiro de 2023, a autarquia vai ser um parceiro ainda mais forte, com a transferência de competências”.

A jornada de trabalho iniciou-se cedo e ao longo da manhã foram abordados temas que muito dizem às IPSS.

Assim, as temáticas abordadas foram os «Apoios e Candidaturas dirigidos às IPSS», a «Gestão como Pilar da Sustentabilidade das IPSS» e a «Organização e Funcionamento da UDIPSS – Auscultação das Necessidades das IPSS do Distrito».

Já a sessão vespertina, começou com a assinatura de um protocolo de colaboração entre a União Distrital e o Instituto Politécnico de Beja, visando essencialmente a formação e o voluntariado.



ASSOCIAÇÃO DO MONTE PEDRAL, PORTO

# 120 anos de vida assinalados com mural alusivo à história e ao futuro da instituição

Pese embora a sua atividade de apoio social à família na cidade do Porto ter sido iniciada bem antes (por volta do ano 1876), os estatutos da Associação do Monte Pedral foram aprovados, por alvará régio, apenas a 18 de dezembro de 1902.

Como forma de assinalar o 120º aniversário, foi produzida uma pintura mural, pelo artista Nuno Palhas, conhecido por THIRD, na frontaria do edifício-sede alusiva ao passado, presente e futuro da instituição.

A obra de arte urbana, com cerca de 6x3 metros, apresenta de um lado uma religiosa (freira) com crianças em atitude de louvor aos céus, retratando o passado da instituição dedicado ao ensino primário. Do outro lado, está um casal de idosos olhando na mesma direção e serenamente atentos a quem entra, incarnando o presente. Já no meio, mãos humanas em várias fases da vida, sobrepostas e em ajuda, materializando o futuro do apoio à família. A pintura mural completa-se com a frase «Ajudar faz bem», lema da instituição desde 2014.

Por outro lado, a Associação do Monte Pedral vai desenvolver, ao longo de 2022, o projeto



Força Sénior, que pretende dar visibilidade e voz à população sénior, combatendo o isolamento social e fortalecendo os laços de amizade e proximidade.

Para os responsáveis da instituição, os seniores nos seus muitos anos de vida são uma fonte inesgotável de conhecimento e, como tal, base da família, da sociedade e da vida.

Partindo desta sinergia e da necessidade

decorrente dos constrangimentos causados pela pandemia, o projeto Força Sénior pretende potenciar essa simbiose e criar um espaço de partilha em que seniores ajudam seniores com o apoio dos mais novos.

Criado em 2021, o projeto será desenvolvido em 2022, no âmbito do 120º aniversário, e tem o apoio da Iniciativa Social Descentralizada, do BPI/Fundação la Caixa.

ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA CONSOLADORA DOS AFLITOS, LISBOA

## Primeiro contrato do PARES 3.0 financia remodelação do lar e criação de um novo CAO

Em meados de fevereiro passado, mais concretamente no dia 17, foi assinado o primeiro contrato no âmbito do PARES 3.0, criado como uma forma de responder à pandemia.

O primeiro projeto é para obras de requalificação da Associação Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos, IPSS de Lisboa associada da CNIS, e que cuida, a tempo inteiro, de 35 mulheres cegas e com outras deficiências.

O PARES 3.0 (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais 3ª geração) foi criado em 2020, com um orçamento inicial de 110 milhões de euros, no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), que representariam mais de mil milhões de investimento, tendo sido aprovados 365 projetos das 1.100 candidaturas recebidas.

“Temos 365 projetos aprovados, no valor total de investimento público de 228 milhões de euros, o que significa que, com o investimento por parte das instituições, teremos um investimento total de 335 milhões de euros em equipamentos sociais a acontecer”, revelou a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, no final da assinatura do primeiro contrato.

O Programa Pares 3.0 foi criado para responder à pandemia de Covid-19, tendo como grande

prioridade requalificar, alargar e inovar na rede de equipamentos sociais, entre respostas para pessoas com deficiência ou pessoas idosas, entre várias tipologias.

Os projetos aprovados representam 21 mil lugares intervencionados, entre novas vagas ou requalificadas.

“É o maior investimento de sempre em termos de equipamentos sociais no âmbito do PARES 3.0 e com uma grande prioridade para as respostas para as pessoas com deficiências”, sublinhou a ministra, lembrando que, entre os 365 projetos aprovados, estão 75 dedicados a lares residenciais para pessoas com deficiência, que “era claramente uma resposta deficitária no país, com falta de capacidade de responder às necessidades”.

Por seu turno, a Associação Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos, que desenvolve a sua atividade no Convento dos Cardões, decidiu avançar com a obra de requalificação da estrutura por imposição da Segurança Social e da legislação europeia. Para além da remodelação no lar, a instituição tem que criar um novo Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), já que o atual não cumpre a legislação em vigor.

Os responsáveis pela instituição de Lisboa consideram que a intervenção terá um grande impacto na qualidade de vida das utentes e no esforço

despendido por quem as cuida, nos consumos de energia, na segurança, na sustentabilidade da instituição, pois vai libertar espaços para eventos de angariação de fundos, e, «the last but not the least», no cumprimento da legislação em vigor.

Uma vez que, as atuais instalações do lar não respondem às limitações das utentes, nem permitem trabalhar novas técnicas de desenvolvimento pessoal e humano, de reabilitação e inserção, a instituição sente uma grande necessidade em alterar esta situação.

Nesse sentido, o projeto da Associação Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos inclui a construção de um novo edifício (Ala Nova), com salas para as atividades de estimulação e reabilitação, lavandaria e rouparia adequadas à colaboração das utentes e uma garagem subterrânea para libertar o jardim para atividades de lazer.

Já a remodelação da atual zona do lar (Ala Antiga), prevê a transformação e adaptação dos atuais quartos (boxes) em quartos duplos com casa de banho e a criação de uma nova cozinha.

Recorde-se que a instituição foi criada em 1848, por um conjunto de senhoras, lideradas pela 3ª Condessa de Rio Maior, com o propósito de acolher mulheres invisíveis, que eram particularmente vulneráveis a abusos, marginalidade e miséria.



Servimos bem-estar.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÔNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 [WWW.TRIVALOR.PT](http://WWW.TRIVALOR.PT)

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N.º 10 - 2790-078 CARNAXIDE  
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808  
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488  
E-MAIL: [TRIVALOR@TRIVALOR.PT](mailto:TRIVALOR@TRIVALOR.PT)

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS



## PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ESTUDOS PROGRESSIVOS Há riscos de desigualdades regionais na Europa

A presidente da Fundação Europeia de Estudos Progressivos, Maria João Rodrigues, disse que há novos riscos de desigualdades regionais na Europa e que regiões e municípios devem continuar a exigir “uma verdadeira política de coesão europeia”.

Segundo Maria João Rodrigues, em Marselha, França, à margem da 9.ª Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios, a designada “transição verde e digital” pode fazer aumentar as desigualdades regionais, num alerta que disse ser também para Portugal.

“Estamos já a verificar que há regiões que estão a descolar em termos económicos, em termos de prosperidade, porque estão mais avançadas na transição digital e energética e, portanto, é muito importante que as regiões se encontrem aqui e exijam uma verdadeira política de coesão europeia para contrariar esse risco de aumento das desigualdades regionais”, afirmou.

Esta cimeira de Marselha, organizada pelo Comité das Regiões Europeu, foi pensada e organizada antes da invasão russa da Ucrânia e a previsão, realçou, era ser “um grande encontro dos eleitos” a nível regional e local, “uma enorme coletividade”, com mais de um milhão de pessoas, e um nível de poder “muito importante do sistema

democrático” da União Europeia (UE).

“A partida estava preparado para se centrar no pós-covid e em tudo o que é recuperação do pós-covid e, portanto, no sentido de formatar o que deve ser a transição ecológica, energética, digital, que vai exigir mobilização de todos os instrumentos financeiros que a Europa criou nesta situação excepcional. Era isso que estava previsto nesta cimeira. A meu ver, tem de continuar a ser discutido porque nessa transição verde e digital as desigualdades regionais podem aumentar”, reforçou.

A guerra na Ucrânia veio acrescentar, para a ex-eurodeputada e antiga ministra do Emprego, a percepção de que é necessária “uma política europeia mais forte” na frente energética, industrial e da coesão social, “com apoio aos refugiados” e “a criação de serviços sociais mais eficazes”.

“Tudo isso hoje é necessário não só para reduzir as divergências na Europa, mas para dotar a Europa de mais autonomia estratégica face a potências agressivas como a Rússia. Ou seja, há hoje uma tomada de consciência de que precisamos de políticas europeias mais fortes não só por razões económicas e sociais, mas por razões geopolíticas, para defender a soberania democrática europeia” afirmou.



**SOLIDÁRIOS CONSIGO  
DESDE 1995**

Novas versões

- US** UNIDADES DE SAÚDE
- CP** CONTROLO DE PRESENCAS
- ACC** ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO
- UTC** UTENTES CT (CERTIFICADO AT)
- GI** GESTÃO DE IMÓVEIS
- IMO** IMOBILIZADO ESNL
- ORD** ORDENADOS
- PEM** PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS)
- PC** PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PC** PROCESSOS CLÍNICOS ERPI
- ASS** ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- CNT** CONTABILIDADE ESNL
- LAN** LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- ORC** MÓDULO ORÇAMENTOS



- + de 40** aplicações
- + de 900** clientes
- Garantia de** satisfação
- Demonstrações** grátis e sem compromisso
- Assistência** remota
- Formação** online

Contate-nos para orçamentos, demonstrações ou mais informação.

TELEFONE | +351 253 408 326  
TELEMÓVEL | +351 939 729 729  
EMAIL | [tsr@tsr.pt](mailto:tsr@tsr.pt)

ENCONTRE-NÓS EM **www.tsr.pt**



## ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

# 120 milhões de euros do PRR serão para Plano para as Comunidades Desfavorecidas

A Área Metropolitana do Porto definiu a afetação das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência destinadas ao Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas, no montante global de 120 milhões de euros, a distribuir por seis territórios.

Em comunicado, aquela entidade refere que o plano de ação distribuir-se-á por três eixos de intervenção, sendo que os municípios de Gaia e do Porto são aqueles que arrecadam a maior verba.

A distribuição será feita por seis lotes de municípios com problemáticas similares: Área Metropolitana do Porto (AMP) Centro-Oriental (dois municípios); AMP Sul (cinco municípios); AMP Litoral Norte (três municípios); AMP Litoral Norte (três municípios); AMP Centro-Sul (dois municípios); AMP Interior Norte (três municípios); AMP Oriental (dois municípios).

O primeiro lote - Centro-Oriental -- vai receber uma verba de 24,6 milhões de euros e junta o setor oriental do Porto a Gondomar “onde a precariedade social e habitacional e os níveis de pobreza e exclusão social comprometem a coesão metropolitana”.

Com 24,3 milhões de euros, o lote Sul agrega os municípios de Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca, “com problemáticas ao nível das baixas qualificações e desemprego, bem como da queda demográfica e população crescentemente envelhecida”.

O lote Litoral Norte abrange os concelhos de Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, que vão receber 20,3 milhões de euros para responder a problemáticas associadas às comunidades piscatórias.

Com 20,2 milhões de euros, o lote Centro-Sul agrega Vila Nova de Gaia e Espinho, territórios que evidenciam “um tecido urbano industrial e de serviços, com as vulnerabilidades a manifestarem-se nos níveis de desemprego e no emprego com baixas remunerações e nos baixos níveis de qualificação profissional”.

No lote Interior Norte, os concelhos da Maia, Santo Tirso e Trofa, que representam um corredor industrial em transformação, terão 16,5 milhões de euros para a valorização do ensino profissional e na formação ao longo da vida.

Por fim, com 13 milhões de euros, o lote

Oriental que inclui Paredes e Valongo que convergem “na juventude populacional, nos níveis médios de escolaridade e qualificação profissional baixos e no emprego industrial, com impacto evidente nos rendimentos, registando ainda carências em matérias de cuidados e serviços”.

De acordo com a AMP, o Plano para as Comunidades Desfavorecidas será materializado em seis intervenções de natureza territorial e de escala supraconcelhia que visam promover o desenvolvimento social e económico e um eixo metropolitano com foco na inovação, na capacitação, na participação e no envolvimento das comunidades.

Será implementado até 31 de dezembro de 2025 nos 17 municípios da AMP, sendo 50% do total da dotação financeira destinada a intervenções de natureza imaterial (cultura e criatividade, educação, cidadania e empoderamento de comunidades, emprego e economia local, saúde, dinamização social) e os restantes 50% para as intervenções de natureza material/infraestrutural (regeneração do espaço público).

## CANDIDATURAS NO ÂMBITO DO PRR

### Mais de 1200 viaturas para IPSS e entidades equiparadas

A Segurança Social aprovou 1.280 candidaturas de IPSS e entidades equiparadas para a compra de viaturas elétricas para apoio domiciliário. Serão adquiridos 1.407 veículos em resultado de uma verba que totaliza 35 milhões de euros, dinheiro que vem do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

“O Setor Social e Solidário vai receber 1.407 viaturas elétricas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no valor de 35 milhões de euros. O Instituto da Segurança Social aprovou 1.280 candidaturas de IPSS e entidades equiparadas com acordos de cooperação para o desenvolvimento

da resposta Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)”, anunciou o Governo num comunicado.

A medida prevê um apoio de até 25 mil euros por veículo e “pretende apoiar a aquisição de veículos 100% elétricos e apoiar as instituições do setor social e solidário na transição climática e ambiental, através da progressiva aquisição de uma frota automóvel mais verde”, lê-se na mesma nota.

Citada em comunicado, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social enalteceu este apoio: “Estamos a colocar no terreno a prioridade dada pelo PRR ao investimento social, reforçando os mecanismos de apoio domiciliário, aumentando

as respostas de proximidade e de apoio à autonomia das pessoas, combatendo o isolamento e apostando nos veículos elétricos que permitem também reduzir custos para as instituições”, diz Ana Mendes Godinho.

O Executivo teve de reforçar em 20 milhões de euros a verba inicial alocada à medida, porque foi registada uma procura bastante elevada em apenas uma semana de candidaturas.

Estas candidaturas encaixaram-se na “gaveta” mais ampla do PRR dedicada à Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, que tem reservados 417 milhões de euros.

## LAR DA FELICIDADE, MEIRINHAS, POMBAL

### Estrutura residencial para idosos entrou em funcionamento

A instituição particular de solidariedade social (IPSS) Lar da Felicidade inaugurou, em Meirinhas, Pombal, a estrutura residencial para idosos, um investimento superior a 1,5 milhões de euros, disse à agência Lusa a diretora técnica da organização.

Segundo Cristina Ribeiro, para concretizar a obra a associação de solidariedade social teve de recorrer a um empréstimo bancário de um milhão de euros.

“O município apoiou com meio milhão de euros e tivemos muitos donativos, em dinheiro e materiais, de empresas, particulares e associados”, explicou Cristina Ribeiro.

O lar, que abriu portas no dia 01 de fevereiro para já com oito utentes, “era um sonho, uma

necessidade e um projeto de pessoas que já partiram, o senhor Américo Ferreira, que foi o fundador”, destacou a diretora técnica.

“Lutou para isso e conseguimos concretizar esse sonho”, declarou a assistente social, referindo que o projeto para o lar remonta a 2005.

De acordo com Cristina Ribeiro, o terreno disponível “só dava para a edificação”, não permitindo áreas de “estacionamento e zonas de lazer”, mas em 2019 “conseguiu-se terminar a compra de outros terrenos”.

“Tínhamos dois mil metros quadrados, agora temos seis mil. Valeu a pena a espera. Tem outra qualidade de vida”, referiu, adiantando que, no futuro, poderá permitir outros projetos, como “uma quinta pedagógica para ocupar os idosos”.

Os terrenos custaram cerca de 150 mil euros, tendo a Câmara de Pombal, no distrito de Leiria, apoiado com 100 mil.

Esta nova valência do Lar da Felicidade soma-se ao centro de dia (20 utentes) e apoio domiciliário (21), que entraram em funcionamento em 1999. Já a creche arrancou 10 anos depois e tem agora 42 crianças e uma lista de espera superior a 10.

A associação de solidariedade social presta ainda o serviço de fornecimento de 150 refeições diárias ao Centro Escolar das Meirinhas.

Atualmente, o Lar da Felicidade conta com 25 funcionários, sendo provável que aumente com a entrada em funcionamento da estrutura residencial para idosos.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



# A nossa era de paz estável na Europa talvez não tenha passado de um sonho

Tinha oito anos quando ocorreu a crise dos mísseis em Cuba. Era demasiado novo para perceber o que se passava. Não obstante, o meu entendimento infantil foi suficiente para realizar o extraordinário do tempo, que algo de grave se passava. Recordo-me do estado ansioso dos adultos, das conversas mono temáticas e rumorosas (naquele tempo não era prudente falar da União Soviética em voz alta) e de umas quantas imagens que a televisão foi passando.

Volvida uma quinzena de anos, já adulto, estava a participar em manifestações pela paz.

Mais uma vez tratava-se de uma crise de mísseis só que, agora, o local de instalação não era o distante Caribe, era a boa, velha e próxima Europa e o putativo alvo já não era a América, era a Mãe Rússia.

Por essa altura, no mundo livre estávamos divididos sobre a forma como lidar com a ameaça soviética. O lema para alguns era “antes vermelhos que mortos”, para outros, pelo contrário, não havia alternativa credível ao equilíbrio do terror para conter o risco de uma conflagração mundial.

Mais uma quinzena anos e o impensável aconteceu. O muro de Berlim estava a ser demolido por martelos pneumáticos, a União Soviética implodia com estrondo e respirámos fundo – tínhamos ganho, já não havia ameaça!

Nessa ilusão vivemos trinta anos. Alguns iludiram-se ao ponto de decretar o fim da história.

Agora, a visão das cidades destruídas da Ucrânia, os milhões de desalojados, as incontáveis vítimas dos combates, acordam-nos para a dura realidade, para um tempo em que muitas das ilusões que conformaram a nossa mundivisão estão a ruir, uma após outra.

A primeira grande ilusão a cair, que está na base de alguma tradição da esquerda europeia, filia-se na corrente filosófica que vem de Jean Jacques Rousseau a qual, basicamente, acredita que o bem é natural e que o mal, cuja existência não pode ser negada, é artificial, é o produto de uma sociedade viciosa.

Não, não, o bem não é natural. “O Senhor das Moscas”, o mais conhecido livro de William Golding, prémio Nobel da literatura, mostra como mesmo crianças entregues a si mesmas em estado natural, se transformam em monstros capazes de dominar, explorar e maltratar os seus semelhantes.

O bem implica vigilância e luta permanente, o bem dá trabalho, o bem não é natural. Se queremos viver numa sociedade pacífica e próspera temos de estar preparados para a defender, porventura à custa de sangue.

Uma segunda ilusão é a do primado da economia.

Quisemos acreditar que uma sociedade de bem-estar mais ou menos globalizada seria uma espécie de seguro de vida para a paz.

Num mundo em que a prosperidade material depende de cadeias de valor disseminadas no espaço global, em que qualquer rutura dessas relações complexas pode pôr em causa o nosso sossego e bem-estar, parece não haver incentivos para o isolacionismo ou para a agressão ao outro. O preço a pagar seria demasiado alto!

As guerras seriam, nesta perspetiva, coisa de pobres. Acontecem na Etiópia, na África Central, nas selvas colombianas, ou seja, justamente onde as vantagens económicas da grande unificação ainda não chegaram, onde as pessoas têm muito pouco ou nada a perder.

Como podemos ver agora, não é assim.

A economia não é tudo. O nacionalismo, os instintos identitários (ou mesmo tribais) não desapareceram subsumidos pelas vantagens económicas do mundo globalizado.

É certo que a Rússia não é um país rico. O PIB per capita da Rússia é sensivelmente metade do per capita português. A economia russa vale 1,4 triliões de dólares, pouco mais do que a economia espanhola, sendo que a Rússia tem o triplo da população do nosso vizinho.

No entanto, para os russos que viveram o colapso económico dos anos noventa do século passado, a situação atual é incomparavelmente melhor. Essa relativa prosperidade depende, obviamente, da abertura ao mundo até porque, no caso da Rússia grande parte da economia depende da exportação de energia.

Resumindo, os russos fazem parte dos que têm muito a perder se a complexa teia da economia global for posta em causa. Os dirigentes russos sabem muito bem disso e, não obstante, não hesitaram em pôr tudo em causa em nome do que julgam ser a necessidade de lavar a honra da Mãe Rússia.

As nações não morreram!

Outra ilusão a desfazer-se em pó por estes dias

é o fim da história, ou seja, a ideia de que a evolução natural das sociedades humanas vai no sentido da democracia liberal.

Basicamente acreditávamos que com o progresso científico, tecnológico e económico, as sociedades humanas tenderiam naturalmente para democracias liberais.

Francis Fukuyama, o conhecido filósofo americano, defendeu essa tese num livro famoso “O Fim da História e o Último Homem”.

Na verdade, não se conhecia nenhuma sociedade em que o PIB per capita tivesse superado os 15.000 dólares e não fosse uma democracia. O caso da Coreia do Sul parecia exemplar. À medida que o progresso económico se tornou mais sólido o regime foi evoluindo de autoritário para uma democracia liberal e funcional.

Essa ilusão levou-nos a pensar, por exemplo, que o ascenso económico da China poderia ser encarado de forma benigna pelo ocidente. Não havia qualquer risco. No final das contas, quando a população chinesa fosse suficientemente próspera, quando uma classe média ilustrada forte fosse emergindo do progresso económico, veríamos uma ânsia de liberdade e, naturalmente, uma democracia liberal substituiria o estado totalitário chinês.

Como nos enganámos. O PIB per capita da China já superou o per capita russo, continua a crescer a um ritmo que permitirá chegar ao limiar mágico dos 15.000 dólares dentro de menos de uma década. Não obstante o que vemos não é a aproximação a um modelo liberal, pelo contrário, a vertente totalitária está a ser reforçada, o recenramento da China é uma realidade que, provavelmente, os acontecimentos na Ucrânia não vão deixar de acelerar.

Não sei dizer-vos o que vai sair desta guerra.

No curto prazo não tenho dúvidas que todos vamos pagar um preço elevado pela agressão russa à Ucrânia. Carestia, escassez, eventualmente, estagflação, ou seja, uma combinação tóxica de inflação e desemprego pode estar inscrita nas cartas.

No longo prazo uma nova ordem vai nascer. Temo bem que os que por cá andarem para nela viver, olhem um dia para o tempo das nossas ilusões como uma era dourada em que um sonho bonito pode ser vivido.

Talvez não tenha passado disso mesmo, um sonho!



**ESPECIALISTAS  
EM FORNECIMENTO  
ALIMENTAR  
E NÃO ALIMENTAR**



**30** ✓

Marcas Representadas

**19** ✓®

Marcas Próprias

**5.800** 🚚

Pontos de entrega

**4.800.000** 🚛

km / ano

**120.000** 📦

Toneladas /ano  
de alimentos de alta  
qualidade

**175 M** €

Em vendas

**100%** 🇵🇹

Cobertura Nacional  
e Ilhas (Madeira e Açores)  
e exportação para África,  
Ásia, Europa e América

**+24.000** 🥫

Referências alimentares  
e não alimentares

**8** 🏠

Plataformas Logísticas:  
Lisboa, Porto, Viseu,  
Covilhã, Algarve, Açores  
(São Miguel e Terceira)  
e Madeira



LISBOA: 210 420 000  
ALGARVE: 282 484 009  
PORTO: 220 406 900

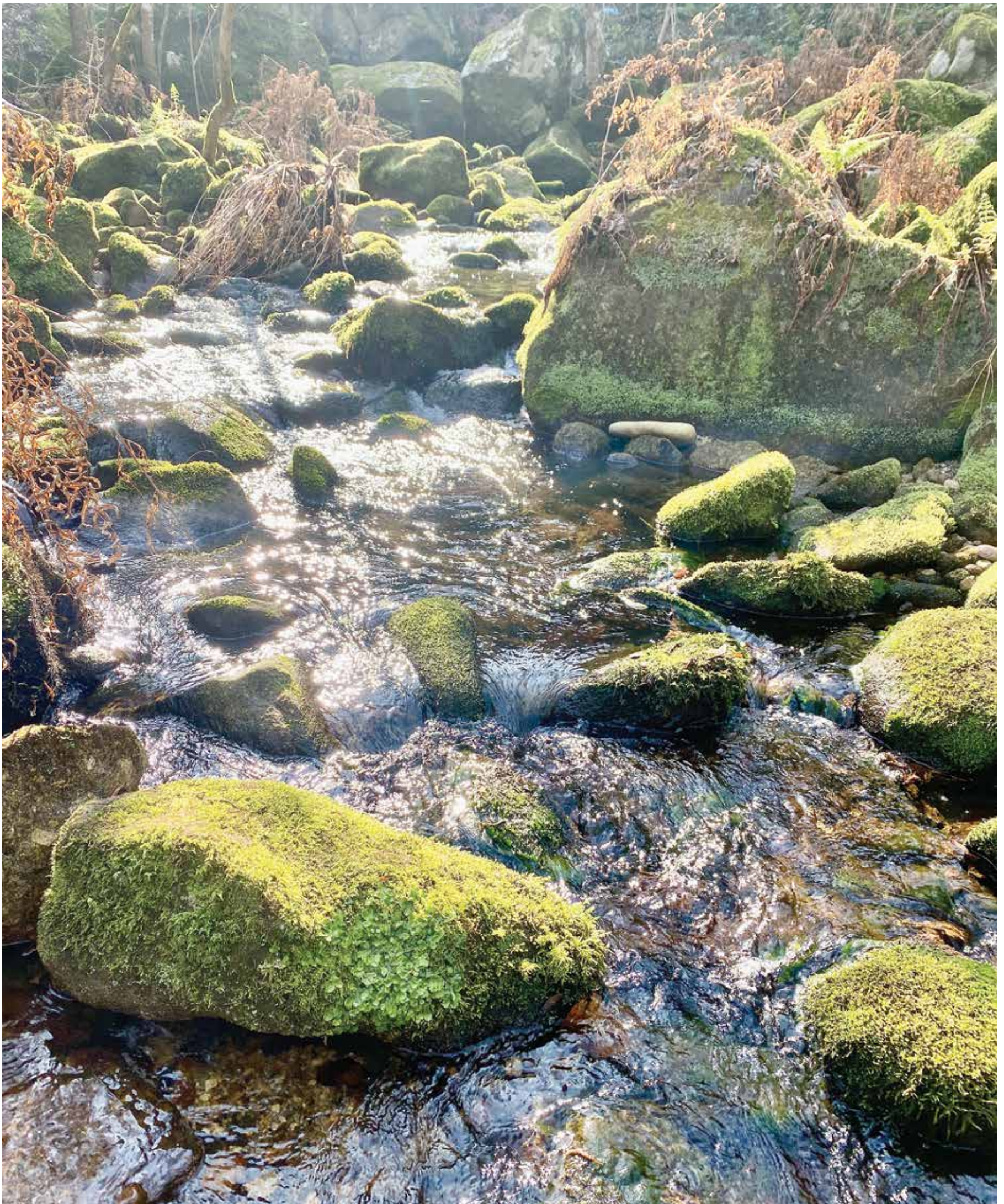
COVILHÃ: 275 320 600  
VISEU: 232 430 470  
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550  
TERCEIRA: 295 513 048  
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS  
Nº 2008/AMB0364  
Nº 2019/SST.0521  
Nº 2006/CEP2827  
Nº 2008/GSA0037

**TRIVALOR**  
trivalor.pt



**A fonte de vida está a secar...**

#### FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ESTUDO SOBRE CONDIÇÕES SOCIOPROFISSIONAIS FACE À PANDEMIA

# Covid-19 aumentou substancialmente o trabalho dos psicólogos portugueses

Mais de metade (56,7%) dos psicólogos inquiridos num estudo disseram ter aumentado “um pouco” ou “bastante” o volume de trabalho durante a pandemia, mas 1,5% teve de suspender a atividade por conta própria e 0,4% entrou em lay-off.

Promovido pela Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), o estudo visou caracterizar a adaptação da prática profissional dos psicólogos das diferentes áreas e contextos de atividade à situação de pandemia, desde março de 2020.

O estudo “Condições socioprofissionais dos psicólogos face à Pandemia” decorreu entre 03 de setembro e 06 de outubro de 2021 e envolveu 1.759 participantes.

Antes da pandemia, 4,1% dos psicólogos inquiridos estavam desempregados ou à procura de atividade profissional enquanto psicólogo, percentagem que caiu para 1,5% depois da pandemia.

O bastonário da OPP afirmou que o “aumento substancial” do volume de trabalho reportado pelos psicólogos reflete “a procura que a população faz dos seus serviços” e o “nível de atividade em termos de emprego versus desemprego da profissão”.

Francisco Rodrigues salientou que o inquérito online anónimo aponta para “uma redução muito substancial” do nível de desemprego, colocando-o em valores “muito pequenos”, considerando este dado “muitíssimo importante” relativamente à valorização da profissão.

Para esta redução, adiantou, também contribuiu a contratação de mais de 500 psicólogos para as escolas durante a pandemia. “Infelizmente esse dado, que é um dado positivo, está depois ligado a um aspeto, que é um dos fatores de risco para a profissão e para o seu bem-estar, que é a precariedade”, referiu.

O bastonário disse que “um pouco mais de 20%” dos profissionais está numa “situação precária” relativamente ao seu vínculo laboral.

A forma de trabalhar também mudou para muitos psicólogos. Antes da pandemia 51,9% dos inquiridos nunca tinham realizado intervenções psicológicas à distância, uma percentagem que caiu para 7,4% durante a pandemia, sendo o serviço de videoconferência o mais utilizado (89%).

No entanto, mais de dois terços (68%) continuam a preferir a intervenção presencial e apenas 2,4% a modalidade à distância. Ainda assim, 57,6% pretendem manter este tipo de intervenção no futuro, refere o estudo, indicando que a adaptação foi fácil ou muito fácil para quase metade dos inquiridos.

Para Francisco Rodrigues, esta “grande adaptação” dos psicólogos é “muito importante para o desenvolvimento da profissão”, mas também para facilitar a acessibilidade das pessoas aos serviços.

Outra das conclusões do estudo revela que cerca de 40% dos inquiridos disseram ter piorado o nível de bem-estar psicológico desde o início da pandemia e 24,2% apresentam sintomas ou sinais de burnout.

Questionado sobre estes dados, o bastonário afirmou que “os psicólogos são humanos e, por isso, seria estranho que também não fossem afetados no

seu bem-estar com alguns problemas decorrentes da pandemia”, mas salientou que 87,6% dos inquiridos adotaram estratégias “muito diversificadas, adequadas e muito eficazes” para lidar com os impactos na sua saúde mental”.

Entre essas estratégias, 76,1 disseram recorrer ao suporte social de amigos e família, 70,1% fazem “uma boa higiene do sono” e 68,6% mantêm uma atitude positiva no trabalho.

Há ainda 21,3% que desempenha atividades profissionais noutras áreas, 24,1% recorre a psicoterapia, desenvolvimento pessoal e/ou coaching psicológico, 45% desconecta-se do trabalho (email, SMS, telefone) e 61% dizem manter o equilíbrio entre o trabalho e vida pessoal.

Para Francisco Rodrigues, a generalidade dos resultados são “francamente positivos”: “Mostram uma profissão cada vez mais acessível, presente, preparada e cada vez mais reconhecida porque de outra forma estes indicadores não estariam a ser atingidos deste modo”.

Há “algumas preocupações” que a OPP terá que dar resposta, colocando “rapidamente no terreno medidas que apoiem” os profissionais, disse o bastonário da OPP, entidade que representa cerca de 25.000 profissionais.

“Ao longo da pandemia fomos dando resposta em termos de apoio aos psicólogos a vários níveis e agora também estamos a preparar mais respostas que possam apoiar ainda mais no futuro os profissionais naquelas que podem ser algumas das vulnerabilidades apontadas no estudo e alguns problemas que sejam mais visíveis”, adiantou.



Óptima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

**milplus**  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA  
Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL